

DETERMINANTES MACROECONÓMICOS DA ADOÇÃO
DA IFRS PARA PME

Ana Luísa Moedas Bonito

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Contabilidade

Orientador:
Prof. Doutor Cláudio António Figueiredo Pais, Prof. Auxiliar, ISCTE Business School,
Departamento de Contabilidade

junho 2016

Agradecimentos

A realização desta dissertação de mestrado contou com o apoio de pessoas extraordinárias que me rodeiam no quotidiano que permitiram que tal se tornasse possível e às quais estarei eternamente grata.

Primeiro, cabe-me agradecer ao Prof. Dr. Cláudio Pais, pela sua disponibilidade e conhecimento transmitido, assim como o esclarecimento de todas as dúvidas que surgiram com o desenvolvimento do estudo e sugestões dadas que permitiram a contínua melhoria do mesmo. A qualidade deste trabalho deve-se muito à forma como fui orientada.

Agradeço ao Prof. Dr. Raul Laureano, docente no ISCTE-IUL, pela clareza, rigor e total disponibilidade com que me esclareceu algumas dúvidas relativas ao tratamento estatístico.

De uma forma geral agradeço a todos os meus familiares e amigos pelo companheirismo e força transmitida, agradecendo em especial ao meu namorado que nos momentos mais difíceis, que não foram raros neste último ano, sempre me fez acreditar que concluiria com sucesso esta difícil, porém gratificante etapa.

Por último, dirijo um agradecimento especial aos meus pais por todas as palavras de incentivo e paciência demonstrada, bem como por todo o esforço, sacrifícios e apoio incondicional dado ao longo de todo o meu percurso académico. Dedico este trabalho a eles!

Resumo

O objetivo do presente estudo é analisar os fatores macroeconômicos que influenciam a decisão dos países na adoção da *International Financial Reporting Standards* para pequenas e médias empresas (IFRS para PME).

Com base numa amostra de 84 países, encontro evidência de que os países sem normas de contabilidade nacionais para as pequenas e médias empresas (PME), experientes na aplicação das *Internacional Financial Reporting Standards* (IFRS) e com um sistema jurídico *common law* são os mais propensos a adotar a IFRS para PME. No entanto, o nível de educação, o nível de ajuda externa recebida pelo país, a qualidade das normas de contabilidade e a relação entre a contabilidade e a fiscalidade não mostram afetar a decisão nacional de adoção da IFRS para PME. Adicionalmente, verifico que os países membros da União Europeia são menos propensos à adoção da norma.

O conhecimento dos fatores macroeconômicos que afetam a decisão nacional de adoção da IFRS para PME é útil para uma serie de entidades que definem a harmonização contabilística internacional, como o *Internacional Accounting Standards Board* (IASB), organismos reguladores e empresas internacionais de auditoria, uma vez que esta informação poderá ajudá-los na promoção da adoção mundial da norma.

Palavras-chave: IFRS para PME; determinantes macroeconômicos; harmonização contabilística.

JEL classification system: M41, O57

Abstract

The objective of this study is to analyze the macroeconomic factors that influence the decision of the countries in the adoption of International Financial Reporting Standards for small and medium-sized entities (IFRS for SME).

Based on a sample of 84 countries, I find evidence that countries without national accounting standards for small and medium-sized entities (SME), experience in the application of IFRS and a common law legal system are most likely to adopt IFRS for SME. However, the level of education, the level of foreign aid received by a country, the quality of accounting standards and the relationship between accounting and taxation have no impact in the national adoption decision of IFRS for SME. Additionally, I find that European Union (EU) member countries are less likely to adopt the standard.

Knowledge of macroeconomic factors affecting the national adoption decision of IFRS for SME is useful for a several numbers of entities that define the international accounting harmonization, as the IASB, regulators and international accounting firms, since this information can help them in promoting worldwide adoption of the standard.

Keywords: IFRS for SME; macroeconomic determinants; accounting harmonization.

JEL classification system: M41, O57

Índice

| | |
|--|----|
| 1. Introdução..... | 1 |
| 2. Revisão de Literatura | 3 |
| 3. Desenvolvimento das hipóteses | 7 |
| 4. Metodologia | 16 |
| 4.1. Amostra | 16 |
| 4.2. Mensuração das variáveis | 19 |
| 4.3. Modelo | 24 |
| 5. Resultados | 26 |
| 5.1. Análise descritiva..... | 26 |
| 5.2. Análise univariada | 28 |
| 5.3. Análise multivariada | 28 |
| 5.4. Testes de robustez..... | 32 |
| 6. Conclusão..... | 39 |
| Bibliografia..... | 41 |
| Anexo | 49 |

Índice de tabelas

| | |
|---|----|
| Tabela 1: Estatuto de adoção da IFRS para PME dos países da amostra por região..... | 18 |
| Tabela 2: Estatística descritiva | 27 |
| Tabela 3: Matriz de correlações..... | 29 |
| Tabela 4: Resultados da regressão logística | 30 |
| Tabela 5: Resultados da regressão logística com proxies alternativas para o nível de educação | 35 |
| Tabela 6: Resultados da regressão nos testes de robustez | 38 |
| Tabela 7: Descrição das variáveis | 49 |

Abreviaturas

DF's – Demonstrações Financeiras

EAU – Emirados Árabes Unidos

ED – *Exposure Draft*

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

GAAP – *Generally Accepted Accounting Principles* (Princípios de Contabilidade Geralmente Aceites)

IAS – *International Accounting Standards*

IASB – *International Accounting Standards Board*

IASC – *International Accounting Standards Committee*

IFRS – *International Financial Reporting Standards*

IFRS para PME – *International Financial Reporting Standards* para Pequenas e Médias Empresas

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

RNB – Rendimento Nacional Bruto

RU – Reino Unido

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Pequenas e Médias Empresas

UE – União Europeia

1. Introdução

Desde a emissão da *International Financial Reporting Standards* para pequenas e médias empresas (IFRS para PME) em 2009, já 80 países adotaram a norma para aplicação no reporte financeiro das pequenas e médias empresas (PME), no entanto vários países ainda não a adotaram ou rejeitam a sua adoção (IASB, 2009a). Neste sentido, o objetivo do presente estudo é analisar quais são os fatores macroeconómicos que influenciam a decisão nacional de adoção da IFRS para PME.

As PME têm um papel muito importante na economia mundial, tanto a nível social como económico, representando mais de 95 por cento das empresas (IASB, 2009a; IFAC, 2010) e sendo responsáveis por mais de 60 por cento dos postos de trabalho em todo o mundo (IFAC, 2010). Dada a sua representatividade, as PME têm sido reconhecidas, tanto nos países desenvolvidos como nos países emergentes, como essenciais para a criação de emprego, coesão social e desenvolvimento económico. Com efeito, conhecer o impacto de fatores macroeconómicos na sua regulamentação revela-se de extrema importância.

A ideia de que um conjunto de fatores macroeconómicos influencia as normas e práticas de contabilidade predominantes num país é antiga e tem sido objeto de estudo (Anghel, 2013; Elliot & Elliot, 2013; Nobes, 1998; Nobes & Parker, 2000; Gray & Radebaugh, 2002). Com o surgimento das *International Financial Reporting Standards* (IFRS), vários autores analisaram os fatores macroeconómicos que influenciam a decisão nacional de adoção das IFRS no reporte financeiro das contas consolidadas das empresas cotadas (Archambault & Archambault, 2009; Clements, Neill, & Stovall, 2010; Hope, Jin, & Kang, 2006; Lasmin, 2011; Ramanna & Sletten, 2014; Shima & Yang, 2012; Zeghal & Mhedhbi, 2006; Zehri & Chouaibi, 2013). No entanto, a questão de quais os fatores que influenciam a decisão de adoção da nova norma (IFRS para PME) por parte dos países permanece praticamente sem resposta.

Na grande maioria dos estudos realizados, até à data, sobre a IFRS para PME é analisada a perceção dos *stakeholders* relativamente aos custos e benefícios de implementação da norma (Albu *et al.*, 2013; Kılıç, Uyar, & Ataman, 2014; Litjens & Bissessur, 2012; Uyar & Güngörmüş, 2013). Kaya e Koch (2015) foram os únicos, de acordo com o meu conhecimento, a estudar os determinantes da adoção da IFRS para PME por parte dos países. Com base numa amostra de 128 países e no estatuto de adoção da norma em 2013, Kaya e Koch (2015) encontraram evidência de que os países

sem *Generally Accepted Accounting Principles* (GAAP) nacional, que aplicavam as IFRS no reporte financeiro das PME, com mecanismos de governo das sociedades de baixa qualidade e um sistema legal *common law* são mais propensos à adoção da IFRS para PME. No entanto, com base na literatura anterior, há algumas variáveis potencialmente importantes na explicação da decisão de adoção da IFRS para PME a nível nacional que não foram exploradas por Kaya e Koch (2015) e que são analisadas no presente estudo.

Dessa forma, estudo a influência do nível de educação, disponibilidade de GAAP nacional para as PME, familiaridade com as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sistema legal, nível de ajuda externa recebida pelo país, qualidade das normas de contabilidade existentes e a relação entre fiscalidade e a contabilidade na decisão nacional de adoção da IFRS para PME, com base numa amostra de 84 países e através de um modelo de regressão logística.

Corroborando os resultados de Kaya e Koch (2015), encontro evidência que os países sem um GAAP nacional próprio para as PME e com um sistema jurídico *common law* são mais propensos à adoção da norma para as PME emitida pelo IASB. A experiência e familiaridade com a aplicação de normas emitidas pelo IASB no país também mostra ter uma influência positiva na sua decisão de adoção da IFRS para PME. Por outro lado, não encontro evidência de que o nível de educação, o nível de ajuda externa, a percepção da qualidade das normas de contabilidade existentes e a relação entre a contabilidade e a fiscalidade influenciem a decisão nacional de adoção da IFRS para PME.

Contrariamente ao que aconteceu com as IFRS, a União Europeia (UE) não adotou a IFRS para PME a nível supranacional (CE, 2013). Tal situação tem levado à relutância em adotar a IFRS para PME por parte de vários estados-membros (IASB, 2016). Nesse sentido, em testes adicionais analiso qual a influência do país pertencer à UE na sua decisão de adoção da IFRS para PME, encontrando evidência de que os países que fazem parte da UE são menos propensos à adoção da norma do que os países que não fazem parte. As incompatibilidades entre as diretivas de contabilidade da UE e a IFRS para PME exigem que os países da UE que adotam a IFRS para PME a implementem com grandes modificações para cumprir com as exigências das diretivas de contabilidade da UE (Kaya & Koch, 2015), inibindo a sua adoção por parte destes.

As contribuições deste estudo são várias. Por um lado, complementa a literatura anterior quanto à investigação dos fatores que influenciam a decisão de adoção da IFRS

para PME, validando a maioria dos resultados alcançados por Kaya e Koch (2015) três anos depois e testando outras variáveis, que com base na literatura anterior influenciam a adoção de normas de contabilidade internacionais, e através da introdução de uma variável que nunca tinha sido estudada anteriormente (familiaridade e experiência na aplicação de normas emitidas pelo IASB). Por outro, o conhecimento dos fatores macroeconómicos que influenciam a decisão de adoção da IFRS para PME é importante para uma série de organizações e tomadores de decisão, incluindo governos, organismos reguladores, instituições internacionais, fornecedores de recursos, como investidores e credores, preparadores e utilizadores da informação financeira das PME, empresas internacionais de auditoria, e em particular para o IASB, uma vez que esta informação poderá ajudar nos seus esforços para promover a adoção mundial da norma. Além disso, este estudo complementa os estudos sobre a decisão de adoção das IFRS a nível nacional e os estudos mais recentes da decisão de adoção da IFRS para PME ao nível da empresa (Albu, 2013; Eierle & Helduser, 2013). O estudo da adoção da IFRS para PME por parte de empresas é condicionado pela decisão do país de permitir ou requerer o uso da IFRS para PME, sugerindo que os estudos ao nível da empresa examinam a segunda fase no que é, pelo menos, um processo de dois estágios (se a adoção for voluntária).

O estudo está organizado da seguinte forma: após a introdução, na seção 2 apresento a literatura relacionada, na seção 3 desenvolvo as hipóteses de investigação, na seção 4 descrevo a metodologia aplicada, na seção 5 apresento os resultados do estudo e a sua discussão, e na seção 6 apresento a conclusão, incluindo as limitações subjacentes ao estudo.

2. Revisão de Literatura

Com a crescente internacionalização do comércio e a globalização dos mercados financeiros, o reporte da informação preparado em conformidade com a regulamentação nacional já não satisfaz as necessidades dos tomadores de decisão internacionais (Zeghal & Mhedhbi, 2006). Para estes *stakeholders* torna-se demorado, caro e difícil entender as demonstrações financeiras (DF's) de uma entidade preparadas de acordo com as normas nacionais (Barth, 2008; Judge, Li, & Pinsker, 2010; Kılıç *et al.*, 2014). Neste sentido, empresas, instituições financeiras, auditores e contabilistas reconheceram a necessidade de adoção de normas de reporte financeiro internacionalmente aceites não só para as empresas cotadas, mas também para as não cotadas. Para responder a esta

procura, o IASB começou a desenvolver normas de contabilidade internacionalmente aceites para as PME (Pacter, 2004). A IFRS para PME foi, desde então, projetada para atender às necessidades de reporte financeiro de entidades não cotadas e que publiquem DF's com fins gerais para utilizadores externos (IASB, 2009a).

A evidência sugere que as práticas contabilísticas são afetadas e podem ser explicadas por uma série de fatores macroeconómicos, desde a história de um país colonial, o seu estágio de desenvolvimento económico, o seu sistema financeiro, sistema político, legal, educacional, pela cultura predominante, entre outros (Anghel, 2013; Elliot & Elliot, 2013; Nobes, 1998; Nobes & Parker, 2000; Gray & Radebaugh, 2002). Nesse sentido, vários autores têm investigado quais são os fatores que influenciam a decisão de adoção das IFRS, tanto a nível micro, estudando as características típicas das empresas que adotam voluntariamente as IFRS (Affes & Callimaci, 2007; Francis, Khurana, Martin, & Pereira, 2008; Leuz & Verrecchia, 2000; Murphy, 1999), como a nível macro, centrando-se nas características macroeconómicas do país que requer ou permite a aplicação das IFRS na preparação das DF's das empresas nacionais (Archambault & Archambault, 2009; Clements *et al.*, 2010; Hope *et al.*, 2006; Lasmin, 2011; Ramanna & Sletten, 2014; Shima & Yang, 2012; Zeghal & Mhedhbi, 2006; Zehri & Chouaibi, 2013).

Francis *et al.* (2008) encontraram evidência que a adoção voluntária das IFRS por uma empresa é influenciada tanto por fatores microeconómicos como por fatores macroeconómicos. Segundo Francis *et al.* (2008) os fatores microeconómicos são mais fortes (do que os fatores macroeconómicos) em países com maior desenvolvimento económico e (implicitamente) instituições mais fortes, enquanto nos países menos desenvolvidos, os fatores macroeconómicos dominam sobre os fatores microeconómicos na explicação da adoção das IFRS.

Utilizando uma amostra de 128 países, Kaya e Koch (2015) mostram que os países que não são capazes de desenvolver o seu próprio GAAP nacional são mais propensos a adotar a IFRS para PME. Kaya e Koch (2015) também fornecem evidência de que a probabilidade de adoção da IFRS para PME é maior nos países em que as IFRS foram aplicadas nas PME, sugerindo que a adoção da IFRS para PME diminui a carga de informação financeira sobre as PME face às IFRS. Além disso, os resultados de Kaya e Koch (2015) mostram que os países com mecanismos de governo das sociedades com uma qualidade relativamente baixa e com um sistema jurídico *common law* são mais propensos a adotar a IFRS para PME.

Ramanna e Sletten (2014) ao analisarem se o efeito de rede é um fator determinante no crescimento da harmonização contabilística através das IFRS em 89 países no período 2003-2008, onde houve um forte crescimento da adoção das IFRS a nível internacional, concluíram que o benefício de rede percebido pelos países é um importante determinante da adoção das IFRS ao longo do tempo, embora a evidência também sugira que uma proporção significativa dos benefícios de rede percebidos advêm da adoção das IFRS pelos estados-membros da UE. Ramanna e Sletten (2014) mostram ainda que os países menores são particularmente sensíveis ao efeito de rede, adotando as IFRS porque outros países estão a fazê-lo, mesmo que as suas instituições possam não estar particularmente bem preparadas para a adoção deste conjunto de normas.

Zehri e Chouaibi (2013) ao estudarem 74 países em desenvolvimento encontraram evidência que os países mais favoráveis à adoção das IFRS são os que têm uma elevada taxa de crescimento económico e escolarização e que têm um sistema legal *common law*.

Shima e Yang (2012) estudaram o efeito das características macroeconómicas discutidas por Choi e Meek (2008) sobre a decisão de adoção das IFRS por parte de 73 países. Os seus resultados evidenciam que os laços políticos e económicos (mensurados pela antiga colonização do Reino Unido (RU) ou pela importância das atividades económicas com parceiros adotantes das IFRS), o peso da dívida externa, o crescimento económico, o nível de educação, a aversão à incerteza e o sistema jurídico *common law* criam incentivos à adoção das IFRS. No entanto, o tamanho do mercado de capitais, uma forte relação entre a contabilidade e a fiscalidade e a inflação desincentivam a adoção das IFRS, sugerindo a existência de maiores custos na conversão dos atuais sistemas de reporte para as IFRS quando estas condições se verificam.

Lasmin (2011) investigou a decisão de adoção das IFRS por parte de 46 países em desenvolvimento baseando-se na teoria do isomorfismo institucional de DiMaggio e Powell (1983). Os resultados de Lasmin (2011) mostram que a adoção das IFRS pelos países em desenvolvimento está fortemente associada às pressões institucionais, uma vez que o isomorfismo coercitivo (medido pela ajuda externa), o isomorfismo normativo (medido pelo nível de educação) e o isomorfismo mimético (medido pelo tamanho do mercado de capitais) revelaram ser fortes fatores preditivos da decisão de adoção das IFRS por parte destes países. Além disso, Lasmin (2011) mostra que a decisão de adoção das IFRS por parte de países em desenvolvimento é mais motivada

por pressões institucionais e sociais de legitimidade do que por fatores económicos (medido pelo crescimento económico e pelo investimento direto estrangeiro).

Clements *et al.* (2010) examinaram a influência da cultura e do tamanho do país na decisão de adoção das IFRS em 61 países. Os seus resultados indicam que a decisão de adoção das IFRS está significativamente relacionada com o tamanho do país, no entanto, não encontraram qualquer influência da cultura na decisão. Segundo os resultados de Clements *et al.* (2010), os maiores países são menos propensos a adotar as IFRS do que os países menores. Este resultado é consistente com a noção de que os maiores países têm normas de reporte financeiro bem estabelecidas, e portanto são relutantes à incursão em custos de mudança para a adoção de normas internacionais de contabilidade.

Archambault e Archambault (2009) ao analisarem a influência duma série de fatores macroeconómicos na decisão de adoção das IFRS em 120 países antes de 2005, concluíram que a taxa de alfabetização e atividade de importação influencia positivamente a decisão de permitir o uso das IFRS. Archambault e Archambault (2009) ainda encontraram evidência de que os países economicamente menos desenvolvidos são mais propensos à permissão do uso das IFRS. No entanto, a inflação, o sistema político e jurídico, o peso da ajuda externa e o facto de haver empresas nacionais cotadas em bolsas estrangeiras não se mostraram fatores preditivos da decisão de adoção das IFRS.

Hope *et al.* (2006) e Zeghal e Mhedhbi (2006) foram os primeiros a identificar os determinantes macroeconómicos na decisão de adoção das IFRS a nível nacional.

Hope *et al.* (2006) usa a teoria *bonding* de Coffee (2002) e a análise de custo-benefício para prever a associação entre uma série de fatores institucionais e a decisão de adoção das IFRS, particularmente a proteção aos investidores e o acesso ao mercado de ações. Ao estudar 38 países desenvolvidos e emergentes, Hope *et al.* (2006) mostram que os países com fracos mecanismos de proteção ao investidor e que proporcionam um melhor acesso ao seu mercado de capitais são mais propensos a adotar as IFRS. Estes resultados são consistentes com a visão de que as IFRS são adotadas pelos países que pretendem melhorar a proteção dos investidores e tornar os seus mercados de capitais mais acessíveis a investidores estrangeiros.

Zeghal e Mhedhbi (2006), com base numa amostra de 64 países em desenvolvimento, investigaram se o crescimento económico, o nível de escolaridade, o grau de abertura económica externa, a associação cultural de um grupo de países, bem

como a existência de um mercado de capitais influenciam a sua decisão de adoção das *International Accounting Standards* (IAS).¹ Os seus resultados mostram que os países em desenvolvimento com uma maior taxa de alfabetização, um mercado de capitais, e que têm influência da cultura anglo-saxónica são os mais predispostos a adotar as IAS.

3. Desenvolvimento das hipóteses

A contabilidade é uma ciência social influenciada pelo ambiente em que opera. Determinadas causas são consideradas de forma recorrente como indutoras das diferenças entre os sistemas contabilísticos: o desenvolvimento económico, o sistema jurídico, o sistema de financiamento, o sistema político, a influência tributária, a cultura, a língua, o nível de educação, a inflação, a história, a geografia, a notoriedade das profissões ligadas à contabilidade, a presença de empresas multinacionais, a importância do investimento e do financiamento externo, a existência de acordos internacionais, bem como a presença de empresas internacionais de auditoria são algumas delas (Anghel, 2013; Elliot & Elliot, 2013; Nobes, 1998; Nobes & Parker, 2000; Gray & Radebaugh, 2002).

A introdução de todos estes fatores no estudo tornar-se-ia muito complicada, pela forte redução que implicaria na amostra estudada devido à indisponibilidade de dados para todos os países de todas as variáveis, e pela dificuldade em determinar e medir algumas delas, passando do conceito para a definição prática. Como tal, os fatores selecionados para explicar a decisão de um país adotar ou não a IFRS para PME são: o seu nível de educação, a disponibilidade de GAAP nacional para as PME, a familiaridade com as normas emitidas pelo IASB, o sistema legal, o nível de ajuda externa, a qualidade das normas de contabilidade existentes e a relação entre a contabilidade e a fiscalidade. A escolha destes fatores é fortemente influenciada pela literatura (Archambault & Archambault, 2009; Delcours & Huff, 2015; Felski, 2015; Johnson, 2011; Judge *et al.*, 2010; Kaya & Koch, 2015; Kolsi & Zehri, 2013; Kossentini & Othman, 2014; Lasmin, 2011; Ramanna & Sletten, 2009; Shima & Yang, 2012; Zeghal & Mhedhbi, 2006; Zehri & Chouaibi, 2013), que demonstra a importância estratégica destas variáveis sobre a decisão de adoção de normas de contabilidade internacionais.

¹ As IAS são normas de contabilidade publicadas pelo *International Accounting Standards Committee* (IASC – organismo antecessor do IASB) até 2001. As IFRS são as normas emitidas pelo IASB a partir de 2001.

De seguida, será explicada a influência destas variáveis sobre as práticas contabilísticas, com base na literatura existente e serão formuladas as hipóteses de investigação do estudo.

3.1. Educação

De acordo com Ding *et al.* (2007), as normas de reporte financeiro são menos sofisticadas, quando as profissões ligadas à contabilidade são pouco desenvolvidas e os profissionais têm pouca experiência e conhecimento sobre questões complexas. Ding *et al.* (2007) referem ainda que um sector contabilístico desenvolvido e forte é mais propenso ao desenvolvimento de normas de contabilidade rigorosas e sofisticadas.

De facto, em alguns países, a falta de formação dos profissionais ligados à aplicação da IFRS para PME tem sido um dos principais obstáculos apontados à implementação da norma (Albu *et al.*, 2013; Albu, Albu, & Alexander, 2014; Kılıç *et al.*, 2014; Perera & Chand, 2015; Roberts & Sian, 2006; Uyar & Güngörmüş, 2013).

No entanto, não existe uma medida válida e confiável que permita mensurar o nível de conhecimento dos profissionais responsáveis pela contabilidade nos vários países do mundo (Judge *et al.*, 2010). Não obstante, Carus (2002) e Choi e Meek (2008) mostraram que existe uma relação positiva entre o nível de educação e a competência dos profissionais de contabilidade. Nesse sentido, o nível de educação tem sido usado em substituição da competência dos profissionais de contabilidade nos estudos que investigam os determinantes da adoção de normas internacionais de contabilidade (Archambault & Archambault, 2009; Kaya & Koch, 2015; Shima & Yang, 2012; Zeghal & Mhedhbi, 2006).

Uyar e Güngörmüş (2013), ao entrevistar 128 profissionais de contabilidade em PME na Turquia, encontrou evidência de que o nível de educação e a experiência dos respondentes teve um impacto positivo no conhecimento da IFRS para PME.

Zehri e Chouaibi (2013) reconhecem que as normas do IASB são bastante complexas e a sua compreensão exige um conhecimento profundo e detalhado, não só de contabilidade, mas também de outras áreas, como cálculo atuarial, finanças, entre outras, referindo que, por isso, o grau de aceitação das normas exige um nível avançado de conhecimento destas matérias por parte dos países que aderem às mesmas. Os resultados de Archambault e Archambault (2009), Judge *et al.* (2010) e Shima e Yang (2012) evidenciam-no, ao demonstrarem que o nível de educação influencia

positivamente a decisão de adoção das IFRS. Kolsi e Zehri (2013), Zeghal e Mhedhbi (2006) e Zehri e Chouaibi (2013) mostram também que os países em desenvolvimento com um nível de educação mais elevado são os mais propensos à adoção das IFRS. No entanto, Kaya e Koch (2015) não encontraram evidência de que o nível de educação influencie a decisão de adoção da IFRS para PME por parte dos países.

Tomando em consideração a maior parte da literatura, espero que o nível de educação afete positivamente a decisão de adoção da IFRS para PME por parte dos países:

H1: Um país com um nível de educação elevado é mais propenso a adotar a IFRS para PME do que um país com um nível de educação baixo.

3.2. GAAP nacional para as PME

A criação da IFRS para PME foi uma resposta do IASB à procura internacional de uma versão simplificada das IFRS (Jermakowicz & Epstein, 2010), principalmente por parte dos países sem um sistema de contabilidade desenvolvido para estas empresas, que viram uma oportunidade para regulamentar o seu sistema contabilístico na adoção das IFRS sem a necessidade de incorrer em custos com o desenvolvimento das suas próprias normas de contabilidade (Chua & Taylor, 2008; Irvine, 2008; Pacter, 2009), mas ao mesmo tempo consideravam a sua implementação muito complexa para as PME (Dang-Duc, 2011; IASB, 2009a; Quagli & Paoloni, 2012; Tyrrall, Woodward, & Rakhimbekova, 2007).²

Chamisa (2000) mostrou que os países sem normas de contabilidade direcionadas para as PME são mais propensos a adotar as normas emitidas pelo IASB do que as normas desenvolvidas pelos Estados Unidos da América (EUA) ou outro país, porque contrariamente ao que acontece com as normas emitidas por organismos nacionais, eles podem participar no desenvolvimento das normas do IASB através de sugestões e comentários aos *exposure draft* (ED) e integrando os seus comités de consulta e encontros internacionais.

Além disso, prevejo que os países com GAAP nacional sejam menos propensos a adotar a IFRS para PME, uma vez que grupos influentes de *lobby*, como os profissionais de contabilidade ou os organismos de regulamentação nacional, ao

² O Instituto Sul-Africano de Contabilistas chega mesmo a afirmar, no seu *site*, que “os requisitos contabilísticos para as PME finalmente chegaram” (SAICA, 2010).

temerem a sua perda de influência sobre o estabelecimento de normas de contabilidade para o IASB, tendem a ser contra as normas desenvolvidas por este (Johnson, 2011; Kaya & Koch, 2015).

Sacho e Oberholster (2008) encontram ainda evidência de que os países em desenvolvimento que não têm normas de contabilidade desenvolvidas são muitas vezes obrigados por operadores do mercado internacional a aplicar as IFRS.³

Dessa forma, Kaya e Koch (2015) mostram que a probabilidade de adoção da IFRS para PME diminui se os países já tem um GAAP nacional, sugerindo que os custos de transição para novas regras de contabilidade são relativamente elevados nos países com GAAP nacional em vigor para as PME.

H2: Um país sem normas de contabilidade desenvolvidas para as PME é mais propenso a adotar a IFRS para PME do que um país que já tenha GAAP nacional para as PME.

3.3. Familiaridade com as normas emitidas pelo IASB

Apesar do IASB referir que a IFRS para PME é separada das IFRS e, como tal, está disponível para qualquer país adotar, mesmo que não tenha adotado as IFRS (IASB, 2009b), o Conselho de normas de contabilidade de Singapura (2011) assinala que a aplicação da hierarquia de normas, isto é, os princípios das IFRS poderem ser utilizados na ausência de orientações específicas na IFRS para PME (IASB, 2009b), pode ser problemático em países que adotam a IFRS para PME mas não adotam as IFRS. O Japão é um exemplo desta situação, como ainda não adotou formalmente as IFRS, não tenciona adotar para já a IFRS para PME (Perera & Chand, 2015).

Posto isso, e dado que tanto as IFRS como a IFRS para PME são normas baseadas em princípios emitidos pelo IASB, pretendo estudar empiricamente se os países que usam as IFRS para o reporte financeiro das empresas cotadas são mais propensos a adotar a IFRS para PME, uma vez que devido à familiaridade e experiência na implementação de normas emitidas pelo IASB por parte destes países espero que a adoção da IFRS para PME seja maior nos mesmos, porque os custos de transição tendem a ser relativamente mais baixos nos países adotantes das IFRS.

³ Irvine (2008) mostra que os Emirados Árabes Unidos (EAU) são um exemplo dessa situação. A inexistência de normas de reporte financeiro no país, aliado às pressões internacionais para a regulamentação do seu sistema de contabilidade levou os EAU à adoção das IFRS.

De acordo com o meu conhecimento, nenhum autor, até à data, examinou a influência da adoção prévia das IFRS para empresas cotadas na decisão de adoção da IFRS para PME, como tal, o estudo desta variável é uma contribuição para a literatura da área.

H3: Um país familiarizado com a aplicação de normas emitidas pelo IASB é mais propenso à adoção da IFRS para PME do que um país que não esteja familiarizado com a aplicação de normas emitidas pelo IASB.

3.4. Sistema legal

Embora as leis de dois países nunca sejam iguais, estas têm semelhanças em certos aspetos críticos. Os especialistas em leis têm usado essas semelhanças para classificar os sistemas legais em duas grandes famílias: *common law* e *code law* (para uma discussão dos critérios usados na classificação dos sistemas de direito, ver La Porta, Lopez-de-Silanes, Shleifer e Vishny, 1998).

O sistema jurídico *common law* baseia-se no direito inglês. Este é formado pelas decisões dos juízes em disputas específicas, e os precedentes dessas decisões judiciais servem de base para a formação da lei. O RU e as suas antigas colónias, incluindo os EUA, Canadá, Austrália, Índia, etc., seguem este sistema jurídico (La Porta *et al.*, 1998).

O sistema jurídico *code law*, com as suas raízes no Direito Romano (Glaeser & Shleifer, 2002), é atualmente o sistema legal mais antigo, influente e amplamente distribuído por todo o mundo (Merryman, 2007). Este sistema baseia-se em estatutos e códigos, e é fortemente dependente das opiniões dos juristas (Merryman, 2007).

Beck, Demirgüç-Kunt e Levine (2003) encontraram evidência que a origem legal tem influência no desenvolvimento financeiro, porque as tradições jurídicas diferem na sua capacidade de adaptação à evolução das condições económicas. Dessa forma, Beck *et al.* (2003) mostram que os países de origem legal francesa são mais propensos a desenvolver sistemas jurídicos rígidos comparativamente a países *common law* e países de direito civil alemão, com repercussões adversas para o desenvolvimento financeiro. Jaggi e Low (2000) constataram que as empresas em países *code law* divulgam menos que as empresas em países *common law*. Ball, Kothari e Robin (2000) mostram que o lucro contabilístico em países *code law* é divulgado mais tardiamente, principalmente na incorporação de perdas económicas. Bushman e Piotroski (2006)

mostram que as más notícias são relatadas mais rapidamente em países *common law*. Estes artigos sugerem uma relação positiva entre o melhor reporte financeiro e o sistema legal *common law*.

As normas internacionais são consideradas legítimas representantes do modelo contabilístico baseado no sistema jurídico *common law* (Botzem & Quack, 2009). Os resultados de Felski (2015), Kolsi e Zehri (2013) Kossentini e Othman (2014), Shima e Yang (2012) e Zehri e Chouaibi (2013) corroboram essa afirmação, encontrando evidência que os países mais favoráveis à adoção das IFRS têm um sistema jurídico *common law*. Da mesma forma, Armstrong, Barth, Jagolinzer e Riedl (2008) constataram que as reações do mercado à adoção das IFRS é menos positiva nas empresas residentes em países *code law*. No entanto, Hope *et al.* (2006) não encontraram uma influência significativa entre a origem legal e a adoção das IFRS pelos países, contrariando grande parte da literatura.

Relativamente à IFRS para PME, Kılıç *et al.* (2014) refere que a necessidade de julgamento profissional é um dos fatores mais constrangedores à adoção da norma para os profissionais de contabilidade na Turquia, porque a maioria deles está familiarizado com aplicativos baseados em regras (*code law*). Da mesma forma, os resultados de Kaya e Koch (2015) mostram que os países com um sistema jurídico *code law* são menos propensos à adoção da IFRS para PME.

H4: Um país com um sistema jurídico *common law* é mais propenso a adotar a IFRS para PME do que um país com um sistema jurídico *code law*.

3.5. Ajuda externa

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) ajudam no desenvolvimento de países em dificuldades económicas e financeiras através da concessão de empréstimos, apoio técnico e formação na aplicação das melhores práticas internacionais em várias áreas, nomeadamente no reporte financeiro, por forma a implementar os seus programas de assistência com sucesso (Irvine, 2008; Neu & Gomez, 2006; Neu & Ocampo, 2007).

Várias iniciativas do Banco Mundial, como os relatórios sobre a observância de normas e códigos (ROSC), o programa de avaliação do setor financeiro e a iniciativa de fortalecimento e reforma do sector financeiro enfatizam o papel das normas de contabilidade como um importante meio de desenvolvimento de responsabilidade

financeira no país (Kaya & Koch, 2015). Estas iniciativas sugerem que um dos principais benefícios a longo prazo resultantes da adoção de normas de contabilidade internacionais inclui melhores condições de concessão de empréstimos por instituições como o FMI e o Banco Mundial (Gordon, Loeb, & Zhu, 2012).

Sendo as normas de reporte financeiro emitidas pelo IASB reconhecidas internacionalmente, os países dependentes de ajuda externa têm um incentivo para adota-las, como forma de legitimação dessa ajuda (Mir & Rahaman, 2005). A Roménia (Albu, Albu, Bunea, Calu, & Girbina, 2011), a Jordânia (Al-Akra, Ali, & Marshdeh, 2009), o Egípto (Hassan, 2008), o Cazaquistão (Tyrrall *et al.*, 2007), o Paquistão (Ashraf & Ghani, 2005), o Bangladesh (Mir & Rahaman, 2005) e o Zimbabué (Chamisa, 2000) são apenas alguns exemplos de países sobre os quais o Banco Mundial, o FMI, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) ou o Banco Asiático de Desenvolvimento exigiram a adoção das normas emitidas pelo IASB para a concessão de empréstimos. Nesse sentido, Judge *et al.* (2010) refere que a ajuda externa é o mecanismo mais utilizado por organizações não-governamentais internacionais para exercer coercitivamente mudança numa economia nacional.

Os resultados de Judge *et al.* (2010), Kossentini e Othman (2014) e Lasmin (2011) mostram que a ajuda externa afeta positivamente a decisão de adoção das IFRS. No entanto, Archambault e Archambault (2009) e Ramanna e Sletten (2014) não encontraram evidência de que a ajuda externa seja um fator preditivo da decisão de adoção das IFRS por parte dos países.

Os relatórios (ROSC) recentes da Bósnia e Herzegovina (2010), Maurícias (2011) e Eslovénia (2014) recomendam a adoção da IFRS para PME, como parte do plano de ação do Banco Mundial (2013). Contudo, os resultados de Kaya e Koch (2015) foram inconclusivos quanto à influência da ajuda externa na decisão de adoção da IFRS para PME.

H5: Um país que receba um elevado nível de ajuda externa é mais propenso à adoção da IFRS para PME do que um país que receba um baixo nível de ajuda externa ou que não use este mecanismo.

3.6. Qualidade das normas de contabilidade

Daske e Gebhardt (2006) referem que a mudança na regulamentação contabilística visa melhorar o reporte financeiro. Nesse sentido, Ramanna e Sletten

(2009) mostram que nos países em que a qualidade das normas de contabilidade é alta, a adoção das IFRS é menos atraente, uma vez que o custo de oportunidade e de mudança para normas internacionais de contabilidade é elevado. O custo de oportunidade surge porque na adoção de normas internacionais, os países renunciam aos benefícios de quaisquer inovações passadas, futuras e potenciais de normas locais específicas para a sua economia. As IFRS, por definição, são o resultado de um equilíbrio internacional da política económica e, portanto, não pode ser esperado o fornecimento de normas de reporte financeiro adequadas às circunstâncias específicas de cada país, contrariamente ao que acontece com as normas nacionais. Da mesma forma, Kaya e Koch (2015) mostram que a adoção da IFRS para PME oferece um incentivo relativamente baixo aos países onde já existe um sistema de reporte financeiro forte. A Austrália, França, Alemanha, Canadá e EUA são exemplos disso, uma vez que são países com sistemas de contabilidade fortes e que ainda não adotaram a IFRS para PME (Perera & Chand, 2015).

Albu *et al.* (2013) ao analisar as perceções dos *stakeholders* envolvidos no reporte financeiro de quatro países (República Checa, Hungria, Roménia e Turquia) mostram que a maioria dos entrevistados refere que o Estado é o principal utilizador das DF's, e como tal, os gestores das PME são relutantes a alocar recursos para o sistema de contabilidade. Albu *et al.* (2013) refere ainda que as PME são geralmente financiadas por bancos, fazendo destes um utilizador potencialmente importante da informação contabilística. No entanto, os banqueiros entrevistados não se encontram satisfeitos com a qualidade da informação contabilística das PME, utilizando, por isso, outros meios de informação. Neste sentido, todos os entrevistados por Albu *et al.* (2013), com exceção dos reguladores, acreditam que a implementação da IFRS para PME aumentaria a transparência e a qualidade da informação prestada. Joshi e Ramadhan (2002) também mostram que a maioria das pequenas empresas no Bahrain adotou voluntariamente a IAS por forma a melhorar a eficiência e eficácia do reporte financeiro. Da mesma forma, a maioria dos participantes no estudo de Kılıç *et al.* (2014) sobre a perceção dos profissionais de contabilidade na Turquia relativamente à IFRS para PME considera que a IFRS para PME é melhor que a norma existente na Turquia.

Como tal, espero que quanto pior for a qualidade da norma de reporte financeiro do país, maior a probabilidade deste adotar a IFRS para PME, e vice-versa:

H6: Um país com normas de contabilidade de alta qualidade é menos propenso à adoção da IFRS para PME do que um país com normas de contabilidade de baixa qualidade.

3.7. Relação entre a contabilidade e a fiscalidade

A literatura em contabilidade dirige-se largamente à relação entre a contabilidade e fiscalidade. Em muitos países, a autoridade fiscal é considerada a principal utilizadora das DF's das PME (Al-Akra *et al.*, 2009; Albu *et al.*, 2013, 2014, 2011; Jermakowicz & Gornik-Tomaszewski, 2006; Perera & Chand, 2015). Apesar disso, a IFRS para PME não se destina a satisfazer as suas necessidades de informação (IASB, 2005; IASB, 2009b), provavelmente a principal razão para isso é a existência de diversos sistemas fiscais em todo o mundo, o que impossibilita a formulação de normas de contabilidade que satisfaçam as necessidades de informação das autoridades fiscais internacionalmente (Roberts & Sian, 2006).

Larson e Street (2004) ao analisar os progressos e obstáculos à convergência com as IFRS em 17 países diretamente afetados com a decisão da UE de adoção das IFRS relataram que um dos impedimentos mais significativos à convergência é a orientação fiscal de muitos sistemas de contabilidade nacionais. De facto, nos países em que as PME são obrigadas a elaborar as DF's em conformidade com determinadas regras fiscais, a adoção da IFRS para PME é vista como um “fardo” administrativo, devido à duplicação dos requisitos de informação (Albu *et al.*, 2013; Bohušová & Blašková, 2012; CE, 2010).

Nobes (2010: 216) refere que “se o lucro tributável e o lucro distribuível estão intimamente ligados ao lucro contabilístico, a transição para as IFRS será inaceitável para os reguladores daquele país, que iriam perder o controlo fiscal e de distribuição de dividendos se permitissem o uso das IFRS ou da IFRS para PME”. Nesse sentido, Albu *et al.* (2014) mostram que os interesses do regulador nacional de manter a sua própria legitimidade e controlo sobre o cálculo de impostos impede a incorporação de normas internacionais na Roménia. Rodrigues, Schmidt e Dos Santos (2012) referem que a diminuição da influência tributária sobre as práticas de contabilidade foi um dos principais motores para a adoção das IFRS no Brasil em 2007. Felski (2015), Kossentini e Othman (2014) e Shima e Yang (2012) fornecem evidência empírica de que a importância da tributação afeta negativamente a probabilidade de adoção das IFRS num

determinado país. Kaya e Koch (2015) chegam à mesma conclusão relativamente à influência da tributação na decisão de adoção da IFRS para PME por parte dos países. Assim, espero que uma forte relação entre a contabilidade e a fiscalidade afete negativamente a decisão nacional de adoção da IFRS para PME e assim surge a seguinte e última hipótese de investigação:

H7: Um país com uma forte relação entre a contabilidade e a fiscalidade é menos propenso à adoção da IFRS para PME do que um país onde o sistema fiscal é independente do sistema contabilístico.

4. Metodologia

O presente estudo tem por base o paradigma de investigação positivista, o predominante em contabilidade financeira. Ontologicamente, o positivismo presume a existência de uma realidade independente do investigador (realismo) e assenta na ideia de que o conhecimento científico é a única forma verdadeira de obter conhecimento, com efeito utiliza a observação empírica e uma metodologia própria para o alcançar. A metodologia de investigação positivista segue um posicionamento epistemológico empirista, uma vez que consiste na observação de um fenómeno real, na formulação de hipóteses, recolha e análise de dados empíricos com o objetivo de tirar conclusões sobre o fenómeno em estudo (Watts & Zimmerman, 1986). O objetivo do positivismo é, assim, explicar e prever as práticas contabilísticas (Watts & Zimmerman, 1986) permitindo a quem toma decisões sobre as políticas contabilísticas conhecer as consequências ou, no caso deste estudo, as causas das mesmas.

4.1. Amostra

Para testar a relação entre os fatores macroeconómicos e a decisão nacional de adoção da IFRS para PME, uso uma amostra selecionada a partir dos 143 perfis de adoção das normas do IASB por país, preparado pelo IASB (2016). Excluindo os países sem informação disponível para todas as variáveis do modelo, a amostra final é de 84 países classificados em dois grupos. O primeiro grupo inclui 39 países que adotaram a IFRS para PME (com ou sem alterações, e de forma obrigatória ou voluntária para as

PME) e o segundo grupo inclui 45 países que, até 22 de março de 2016, não adotaram a IFRS para PME.^{4 5} A lista de países pertencentes a cada grupo é mostrado na tabela 1.

A tabela 1 mostra que a maioria dos países adotantes da IFRS para PME são da Ásia (13 países), seguido pela América (12 países) e África (8 países). Os países da Europa foram os que menos adotaram a norma (30 países europeus incluídos na amostra não adotaram). Os únicos 2 países da Oceânia incluídos na amostra também optaram por não adotar a IFRS para PME. No entanto, a difusão da IFRS para PME está em curso, pelo que, espero a existência de mudanças no futuro.

⁴ Dos 39 países incluídos na amostra que adotaram a IFRS para PME, apenas 6 implementaram a norma com algumas modificações – marcados com * na tabela 1 (IASB, 2016).

⁵ Dos 39 países incluídos na amostra que adotaram a IFRS para PME, apenas 2 requereram a sua aplicação às PME de forma obrigatória – marcados com + na tabela 1. Todos os outros países dão a opção às PME de escolher o reporte financeiro sob a IFRS para PME ou outra(s) norma(s) (IASB, 2016).

Determinantes macroeconómicos da adoção da IFRS para PME

Tabela 1: Estatuto de adoção da IFRS para PME dos países da amostra por região

| Países que adotaram a IFRS para PME | | | | | Países que não adotaram a IFRS para PME | | | | |
|-------------------------------------|-------------|------------|-----------|---------|---|---------|--------|--------------------|---------------|
| Ásia | América | África | Europa | Oceânia | Ásia | América | África | Europa | Oceânia |
| Arménia | Barbados | Nigéria | Suíça | - | China | Bolívia | Egipto | Albânia | Austrália |
| Azerbaijão | Chile + | Tanzânia | RU* | | Indonésia | México | | Áustria | Nova Zelândia |
| Bahrain | Colômbia | Uganda | Irlanda* | | Índia | EUA | | Bélgica | |
| Geórgia | Equador | Quênia | Macedónia | | Japão | | | Bulgária | |
| Hong Kong | Guatemala | Madagáscar | Sérvia | | Coreia do Sul | | | Chipre | |
| Israel | Honduras | Maurícia | Ucrânia | | Mongólia | | | República Checa | |
| Jordânia | Jamaica | Botswana | | | Omã | | | Dinamarca | |
| Camboja | Panamá | Gana | | | Rússia | | | Espanha | |
| Malásia* | Peru | | | | Tailândia | | | Estónia | |
| Paquistão* | El Salvador | | | | Peru | | | Finlândia | |
| Filipinas | Uruguai* | | | | Vietname | | | França | |
| Catar | Venezuela + | | | | | | | Grécia | |
| Arábia Saudita* | | | | | | | | Croácia | |
| | | | | | | | | Hungria | |
| | | | | | | | | Islândia | |
| | | | | | | | | Itália | |
| | | | | | | | | Lituânia | |
| | | | | | | | | Luxemburgo | |
| | | | | | | | | Letónia | |
| | | | | | | | | Malta | |
| | | | | | | | | Países Baixos | |
| | | | | | | | | Noruega | |
| | | | | | | | | Polónia | |
| | | | | | | | | Portugal | |
| | | | | | | | | Romênia | |
| | | | | | | | | República Eslovaca | |
| | | | | | | | | Eslovénia | |
| | | | | | | | | Suécia | |

4.2. Mensuração das variáveis

4.2.1 Variável dependente

Na literatura anterior, a decisão de um país adotar as IFRS foi operacionalizada, quer através de uma variável binária, que assumia o valor 1 se o país adotava as IFRS e 0 caso contrário (Archambault & Archambault, 2009; Clements *et al.*, 2010; Hope *et al.*, 2006; Lasmin, 2011; Zeghal & Mhedhbi, 2006; Zehri & Chouaibi, 2013), quer por meio de uma variável que, além da adoção ou rejeição das IFRS por parte do país, tinha em conta se os países adotaram as IFRS com ou sem modificações, de forma voluntária ou obrigatória e para todas as empresas ou apenas para algumas (Judge *et al.*, 2010; Kossentini & Othman, 2014; Ramanna & Sletten, 2009, 2014; Shima & Yang, 2012). Ambas as medidas têm limitações, sendo importante notar que a natureza de adoção da IFRS para PME varia entre os países e ao longo do tempo. Com efeito, e tendo em consideração que apenas 6 países incluídos na amostra adotaram a IFRS para PME com modificações e 2 países adotaram a norma de forma obrigatória, não se considerou adequado fazer uma escala para classificar o grau de adoção da IFRS para PME para cada país, uma vez que a grande maioria dos países adotou a norma sem modificações e de forma opcional para as PME. A variável dependente é, assim, uma variável binária (SME), que assume o valor 1 se o país adotou a IFRS para PME e 0 se o país não adotou a IFRS para PME até 22 de março de 2016.

A maioria dos estudos anteriores baseou-se na base de dados IASplus da Deloitte (Archambault & Archambault, 2009; Clements *et al.*, 2010; Hope *et al.*, 2006; Lasmin, 2011; Ramanna & Sletten, 2014; Shima & Yang, 2012; Zehri & Chouaibi, 2013) para identificar os países adotantes das IFRS para as empresas cotadas.⁶ No entanto, as informações no site IASplus não estão atualizadas relativamente à IFRS para PME. Como tal, retirei a informação sobre a decisão de adoção da IFRS para PME a partir dos perfis do IASB por país (IASB, 2016), tal como Kaya e Koch (2015) fizeram no seu estudo. Os perfis do IASB fornecem um resumo detalhado do estado de aceitação da IFRS para PME por parte de cada país, bem como outras questões de regulamentação contabilística (como a adoção das IFRS e regulamentação da GAAP nacional).

⁶ <http://www.iasplus.com/en/resources/ifrs-topics/use-of-ifrs>

4.2.2. Variáveis independentes

Neste estudo, tal como no estudo de Kaya e Koch (2015), 2009 é o ano de referência utilizado, por forma a analisar a situação existente no país antes da decisão de adoção da IFRS para PME e assim avaliar quais são os fatores macroeconómicos precedentes dessa decisão que possam ter influenciado a mesma. Nenhum país incluído na amostra adotou a IFRS para PME antes de 2009, uma vez que estas foram emitidas pela primeira vez em Julho de 2009 (IASB, 2009a).⁷ Como tal, 2009 é o ano mais recente para verificar os precedentes da decisão nacional de adoção da IFRS para PME.

Dessa forma, sempre que possível, as variáveis independentes são baseadas ou em dados do ano 2009 ou na média dos 5 anos anteriores ao ano de referência (inclusive), isto é, a média do período 2005-2009.

4.2.2.1 Nível de educação

O papel da educação na adoção das IFRS é confirmado em vários estudos. Para medir o nível de educação, Archambault e Archambault (2009), Shima e Yang (2012), Zeghal e Mhedhbi (2006) e Zehri e Chouaibi (2013) usam a taxa de alfabetização, Felski (2015) usou a percentagem de população com idade para frequentar o ensino primário com matrícula em escolas primárias, e Judge *et al.* (2010) e Lasmin (2011) usaram a percentagem de população com idade para frequentar o ensino secundário com matrícula em escolas secundárias.

No presente estudo, o nível de educação é medido pela média durante o período 2005-2009 do total de matrículas no ensino superior, expresso em percentagem do total de população na faixa etária para frequentar o ensino superior (EDU_T), tal como Kaya e Koch (2015) e Kossentini e Othman (2014) mediram nos seus estudos. Esta informação foi obtida a partir da base de dados do Banco Mundial (2016).

EDU_T é a proxy escolhida para medir o nível de educação, porque considero que o conhecimento necessário para compreender as normas emitidas pelo IASB, reconhecidamente complexas e que exigem conhecimento em várias áreas como cálculo atuarial, finanças, entre outros (Zehri & Chouaibi, 2013) para a sua correta aplicação, só

⁷ A África do Sul foi o único país a adotar a IFRS para PME antes da emissão da versão final da norma, em Outubro de 2007, quando o ED foi divulgado (Perera & Chand, 2015). No entanto, a África do Sul não está incluída na amostra em estudo.

é alcançado no ensino superior. De qualquer forma, as restantes proxies serão utilizadas em testes adicionais para verificar a robustez dos resultados do estudo.

Espero que o coeficiente de *EDU_T* seja positivamente correlacionado com *SME*.

4.2.2.2 GAAP nacional para as PME

A existência de GAAP nacional para as PME (GAAP) é verificada através dos perfis do IASB por país (IASB, 2016), assumindo o valor 1 se o país tem o seu próprio GAAP para as PME, e 0 caso o país não tenha normas de contabilidade nacionais desenvolvidas para as PME.⁸ Kaya e Koch (2015) também usaram esta proxy no seu estudo.

Espero que o coeficiente de GAAP seja negativamente correlacionado com *SME*.

4.2.2.3 Familiaridade com as normas emitidas pelo IASB

As primeiras normas emitidas pelo IASB foram as IFRS, destinadas a satisfazer as necessidades de informação dos investidores, tendo sido amplamente difundidas e adotadas em muitos países para aplicação no reporte financeiro de empresas cotadas (Jorissen, Lybaert, & Van de Poel, 2006; Quagli & Paoloni, 2012). Dessa forma, uso a proxy IFRS (que assume o valor 1 se o país requer ou permite o uso das IFRS no reporte financeiro das empresas cotadas, e 0 caso contrário) para medir a familiaridade e experiência com a aplicação de normas emitidas pelo IASB.⁹

Espero que o coeficiente de IFRS seja positivamente correlacionado com *SME*.

4.2.2.4 Sistema legal

Geralmente, o sistema legal é empiricamente medido através de uma variável binária, que assume o valor 1 se o país tem um sistema jurídico *common law* e 0 se o país tem um sistema jurídico *code law* (Archambault & Archambault, 2009; Hope *et al.*,

⁸ Para os países que há informação sobre a (não) existência de GAAP nacional antes da adoção da IFRS para PME, classifico a variável de acordo com a situação anterior à decisão de adoção da IFRS para PME (exemplo do Chile, Irlanda e Malásia). Para a maior parte dos países essa informação não está disponível, estando disponível apenas a situação atual, colocando nesses casos a situação atual de (não) existência de GAAP nacional para as PME.

⁹ A proxy IFRS assume o valor 0, quando a utilização das IFRS (a) é permitida, mas estas são pouco usadas (caso do Japão e Madagáscar); (b) é restrita a empresas que cumpram uma série de requisitos (caso do Japão); (c) embora permitida, estas não estão formalmente adotadas (caso de Madagáscar); (d) é restrita ao setor financeiro (caso da Arabia Saudita).

2006; Kaya & Koch, 2015; Shima & Yang, 2012; Zehri & Chouaibi, 2013). Neste estudo o sistema legal é medido da mesma forma.

O sistema legal do país foi primeiramente classificado de acordo com a informação obtida a partir do site da CIA World Factbook.¹⁰ No entanto, nos casos em que o site CIA World Factbook refere a influência dos dois sistemas jurídicos (*code law* e *common law*) no país (caso da Arábia Saudita, Camboja, Coreia do Sul, Malta, Noruega, Filipinas e Suécia), a classificação foi dada de acordo com La Porta, Lopez-de-Silanes e Shleifer (2008).

Espero que o coeficiente de LAW seja positivamente correlacionado com SME.

4.2.2.5 Ajuda externa

O volume de ajuda externa recebido por um país pode afetar de forma significativa a disponibilidade de recursos importantes, como recursos financeiros e, dessa forma, exercer pressão e influenciar significativamente a decisão de adoção da IFRS para PME por parte do país (Lasmin, 2011; Banco Mundial, 2013). Com efeito, uso a proxy AID (média do volume de ajuda externa em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB), no período de 2005 a 2009), também usada por Archambault e Archambault, (2009), Felski (2015), Judge *et al.* (2010), Kaya e Koch (2015) e Lasmin (2011), para medir a influência da ajuda externa na decisão de adoção da IFRS para PME por parte dos países. Esta informação foi obtida a partir da base de dados do Banco Mundial (2016).

Espero que o coeficiente de AID seja positivamente correlacionado com SME.

4.2.2.6 Qualidade das normas de contabilidade

O índice “força de auditoria e reporte financeiro” (QUA) do Relatório de Competitividade Global 2009-2010 (Fórum Económico Mundial, 2010) é usado para medir a qualidade das normas de contabilidade em cada país.¹¹ Bohušová e Blašková (2012) e Kaya e Koch (2015) também usaram o índice “força de auditoria e reporte financeiro” para analisar a influência da qualidade das normas de reporte financeiro na decisão nacional de adoção da IFRS para PME.

¹⁰ <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2100.html>

¹¹ O Relatório de Competitividade Global 2009-2010 é construído com base no *Executive Opinion Survey 2008-2009* do Fórum Económico Mundial. Com efeito, selecionei o Relatório de Competitividade Global 2009-2010 porque é o que reflete a percepção da qualidade das normas de contabilidade em 2009 (ano de referência).

Os índices apresentados no Relatório de Competitividade Global são construídos com base na perceção de líderes empresariais locais que classificam numa escala de 1 a 7 questões relacionadas com o ambiente de negócios atual (os valores mais altos indicam melhores condições).

O índice de “força de auditoria e reporte financeiro” (QUA) mede a perceção da qualidade das normas de auditoria e reporte financeiro por parte dos líderes empresariais locais. Dessa forma, espero que o coeficiente de QUA seja negativamente correlacionado com SME.

4.2.2.7 Relação entre a contabilidade e a fiscalidade

Com base no estudo de Kaya e Koch (2015) e Kossentini e Othman (2014), medi a relação entre a fiscalidade e a contabilidade através de uma variável dicotómica que assume o valor 1 se o lucro tributável é baseado no lucro contabilístico (regime fiscal dependente), e 0 se houver pouca ou nenhuma relação entre o reporte fiscal e o reporte financeiro (regime fiscal independente). A informação da relação entre a contabilidade e a fiscalidade foi obtida a partir da pesquisa ‘Adoção das IFRS por país’ da PwC (2011).¹²

Espero que o coeficiente de TAX seja negativamente correlacionado com SME.

4.2.3. Variáveis de controlo

Com base na literatura anterior (Felski, 2015; Hope *et al.*, 2006; Judge *et al.*, 2010; Kaya & Koch, 2015; Zeghal & Mhedhbi, 2006), inclui duas variáveis de controlo: o logaritmo natural do PIB (log GDP) e o nível de desenvolvimento económico do país (DEV) para controlar o tamanho da economia e o nível de desenvolvimento do país, respetivamente.

Com o objetivo de controlar a inclusão de países com dimensões muito diferentes e como tal não comparáveis, Zeghal e Mhedhbi (2006) selecionaram países adotantes e países não adotantes das IFRS com um PIB médio semelhante durante o período em estudo, fazendo uma correspondência entre eles, o que permitiu a sua comparação. Hope *et al.* (2006) fizeram esse controlo através do logaritmo do PIB *per capita*. Kaya e Koch (2015) fizeram-no através do logaritmo do PIB. No presente estudo, esse controlo é feito através da média do logaritmo natural do PIB (log GDP) no

¹² No caso do Camboja, retirei a informação na pesquisa da PwC (2015) por não haver informação relativamente a este país no relatório de 2011.

período 2005-2009 (Banco Mundial, 2016), esperando-se que o seu coeficiente seja negativamente correlacionado com SME.

Por forma a poder comparar os países incluídos na amostra relativamente aos fatores que influenciam a decisão de adoção das IFRS por parte dos países, vários autores estudam apenas os países em desenvolvimento (Kolsi & Zehri, 2013; Lasmin, 2011; Zeghal & Mhedhbi, 2006; Zehri & Chouaibi, 2013) ou os países emergentes (Delcoure & Huff, 2015; Kossentini & Othman, 2014). Archambault e Archambault (2009) e Felski (2015), ao incluírem países com diferentes níveis de desenvolvimento económico na amostra, usam uma variável binária para controlar esta diferença entre os países. Dado que na amostra deste estudo também estão incluídos países desenvolvidos e em desenvolvimento, esse controlo é feito através de uma variável dicotómica que assume o valor 1 se o país é desenvolvido, e 0 caso contrário. Essa informação é obtida a partir do Banco Mundial (2015), que através do método Atlas classifica o nível de desenvolvimento dos países com base no Rendimento Nacional Bruto (RNB) *per capita*. De acordo com Delcoure e Huff (2015), só classifico os países da amostra como desenvolvidos quando o RNB *per capita* é de ‘alto rendimento’ durante 3 anos consecutivos, ou seja, em 2007, 2008 e 2009.¹³

4.3. Modelo

A maioria dos estudos que investigaram os fatores que influenciam a decisão nacional de adoção da IFRS ou IFRS para PME usa um modelo de regressão logística (Archambault & Archambault, 2009; Clements *et al.*, 2010; Hope *et al.*, 2006; Kaya & Koch, 2015; Lasmin, 2011; Zeghal & Mhedhbi, 2006; Zehri & Chouaibi, 2013). Dessa forma, tomando em consideração a literatura anterior e o facto da variável dependente (SME) ser uma variável binária, considero que a abordagem empírica mais apropriada para analisar o efeito das variáveis independentes na decisão de adoção da IFRS para PME por parte dos países é um modelo de regressão logística.

¹³ Os países com um RNB *per capita* acima de USD 11.455, USD 11.905 e USD 12.195 em 2007, 2008 e 2009, respetivamente, são considerados países de alto rendimento no respetivo ano (Banco Mundial, 2011).

Para testar a validade das hipóteses de investigação anteriormente formuladas, apresento o modelo de regressão logística utilizado:

$$SME_i = \beta_0 + \beta_1 EDU_T_i + \beta_2 GAAP_i + \beta_3 IFRS_i + \beta_4 LAW_i + \beta_5 AID_i + \beta_6 QUA_i + \beta_7 TAX_i + \beta_8 LogGDP_i + \beta_9 DEV_i + \varepsilon_i \quad (1)$$

Onde:

$SME_i = 1$ se o país adotou a IFRS para PME até 22 de março de 2016, 0 caso contrário;

EDU_T_i = total de matrículas no ensino superior, expresso em percentagem da população na faixa etária para frequentar o ensino superior (média do período 2005-2009);

$GAAP_i = 1$ se o país tem o seu próprio GAAP nacional, e 0 caso contrário;

$IFRS_i = 1$ se o país requer ou permite o uso das IFRS no reporte financeiro das empresas cotadas, e 0 caso contrário;

$LAW_i = 1$ se o país têm um sistema jurídico *common law*, e 0 se o país têm um sistema jurídico *code law*;

AID_i = volume de ajuda externa recebida pelo país em percentagem do PIB (média do período 2005-2009);

QUA_i = qualidade das normas de auditoria e reporte financeiro no ano 2009, varia de 1 (muito fraca) a 7 (muito forte);

$TAX_i = 1$ se o lucro tributável é calculado com base no lucro contabilístico, e 0 se essa relação não existir ou for fraca;

$LogGDP_i$ = logaritmo natural do PIB (média do período 2005-2009);

$DEV_i = 1$ se o país é desenvolvido, e 0 caso contrário;

Em testes adicionais, inclui outras variáveis ao modelo para verificar se os resultados são sensíveis a possíveis explicações alternativas. O uso de diferentes especificações do modelo permitiu avaliar com maior rigor os determinantes da adoção da IFRS para PME por parte dos países.

5. Resultados

5.1. Análise descritiva

Com base nos resultados da tabela 2 observa-se que existem diferenças entre o grupo de países adotante e o grupo de países não adotante da IFRS para PME relativamente às variáveis em estudo. Analisando as médias, verifica-se que o peso da ajuda externa é maior nos países que decidiram adotar a IFRS para PME do que nos países que não adotaram a norma. Quanto ao nível de educação, perceção da qualidade das normas de contabilidade e tamanho da economia, verifica-se que os países adotantes apresentaram médias menores do que os países não adotantes da IFRS para PME. Além disso, a adoção das IFRS para empresas cotadas e a relação entre a contabilidade e a fiscalidade são mais frequentes nos países que decidiram adotar a IFRS para PME e a disponibilidade de GAAP nacional para as PME é menos frequente nestes países. Também é entre os países adotantes que há mais países com um sistema jurídico *common law* e com um nível de desenvolvimento baixo.

Com isto concluo que as relações entre as variáveis em estudo e a decisão de adoção da IFRS para PME são iguais ao previsto nas hipóteses de investigação, exceto no caso do nível de educação (que contrariamente ao previsto é maior nos países não adotantes) e da relação entre a fiscalidade e a contabilidade (que contrariamente ao previsto é mais frequente nos países adotantes).

Determinantes macroeconômicos da adoção da IFRS para PME

Tabela 2: Estatística descritiva

Painel A: Estatística descritiva das variáveis quantitativas

| Variáveis | Adotantes (N=39) | | | Não Adotantes (N=45) | | | t-test |
|------------------------------|------------------|---------|---------------|----------------------|---------|---------------|-----------|
| | Média | Mediana | Desvio-padrão | Média | Mediana | Desvio-padrão | |
| Variável independente | | | | | | | |
| EDU_T | 32,18 | 31,23 | 20,795 | 55,60 | 57,04 | 23,232 | -4,837*** |
| AID | 1,76 | 0,3 | 4,924 | ,44 | 0,01 | 1,787 | 1,589 |
| QUA | 4,72 | 4,7 | ,675 | 5,10 | 5,1 | ,754 | -2,397** |
| Variáveis de controlo | | | | | | | |
| Log GDP | 10,66 | 10,51 | ,644 | 11,30 | 11,38 | ,803 | -3,934*** |

Painel B: Estatística descritiva das variáveis qualitativas

| Variáveis | Adotantes (N=39) | | Não Adotantes (N=45) | | t-test | U-test |
|------------------------------|------------------|------------|----------------------|------------|-----------|-----------|
| | Frequência | Frequência | Frequência | Frequência | | |
| Variável independente | | | | | | |
| GAAP | 1 | 36% | 93% | | -6,646*** | -5,536*** |
| | 0 | 64% | 7% | | | |
| IFRS | 1 | 95% | 82% | | 1,865* | -1,775* |
| | 0 | 5% | 18% | | | |
| LAW | 1 | 41% | 13% | | 2,920*** | -2,862*** |
| | 0 | 59% | 87% | | | |
| TAX | 1 | 87% | 80% | | ,885 | -,875 |
| | 0 | 13% | 20% | | | |
| Variáveis de controlo | | | | | | |
| DEV | 1 | 23% | 62% | | -3,912*** | -3,583*** |
| | 0 | 77% | 38% | | | |

Esta tabela mostra as estatísticas descritivas dos fatores que potencialmente influenciam a decisão de adoção da IFRS para PME. ***, **, e * indicam um nível de significância estatística de 1%, 5% e 10%, respetivamente. As variáveis são definidas na tabela 7.

5.2. Análise univariada

Neste ponto analiso os resultados apresentados na tabela 2 através da comparação de médias entre os países adotantes e os países não adotantes da IFRS para PME, utilizando o teste paramétrico t de Student para comparar as médias das variáveis quantitativas (EDU_T, AID, QUA e LogGDP) e o teste não-paramétrico de Mann-Whitney para comparar as médias das variáveis dicotómicas (GAAP, IFRS, LAW, TAX e DEV).¹⁴

A tabela 2 resume os resultados obtidos nos testes enunciados no paragrafo anterior, mostrando que o nível de educação, a disponibilidade de GAAP nacional, o sistema legal, o tamanho da economia e o nível de desenvolvimento económico são significativamente diferentes entre os países que adotaram a IFRS para PME e os países que não adotaram a norma, a um nível de significância de 1 por cento, a qualidade das normas de contabilidade a um nível de significância de 5 por cento, e a familiaridade com as normas emitidas pelo IASB a um nível de significância de 10 por cento. O peso da ajuda externa é maior nos países adotantes da norma, no entanto essa diferença não é estatisticamente significativa. A relação entre a contabilidade e a fiscalidade (TAX) também é maior nos países adotantes (87 por cento dos países que adotaram a IFRS para PME têm um regime fiscal dependente do reporte financeiro, em comparação com 80 por cento entre os países que não adotaram a norma), contrariamente ao previsto, mas essa diferença não é estatisticamente significativa.

Com base na análise univariada concluo que os países que decidiram adotar a IFRS para PME têm um menor nível de educação, não têm GAAP nacional para as PME, adotaram as IFRS para empresas cotadas, têm um sistema jurídico *common law*, normas de contabilidade de menor qualidade, um menor PIB e são menos desenvolvidos.

5.3. Análise multivariada

Antes de analisar os resultados do modelo, procedo à análise das correlações entre as variáveis, a fim de detetar uma eventual multicolinearidade entre elas.

¹⁴ Dado que o tamanho da amostra dos 2 grupos em estudo, adotantes e não adotantes, é de 39 e 45 países, respetivamente, e que o teorema do limite central refere que quando a dimensão da amostra é superior a 30 observações a sua distribuição é aproximadamente normal (Laureano, 2013), concluo que a distribuição dos 2 grupos é aproximadamente normal. Com efeito, posso aplicar o teste t de Student para a comparação de médias das variáveis quantitativas entre os 2 grupos em estudo.

Determinantes macroeconômicos da adoção da IFRS para PME

Tabela 3: Matriz de correlações

| Variáveis | SME | EDU_T | GAAP | IFRS | LAW | AID | QUA | TAX | Log GDP | DEV |
|-----------|---------|---------|---------|--------|--------|---------|---------|-------|---------|---------|
| SME | 1 | -,468** | -,608** | ,195 | ,314** | ,469** | -,261* | ,096 | -,404** | -,393** |
| ECO | ,146 | -,280** | -,186 | -,117 | -,142 | ,352** | -,503** | ,100 | -,321** | -,622** |
| EDU_T | -,471** | 1 | ,456** | ,209 | -,260* | -,531** | ,359** | -,170 | ,401** | ,521** |
| GAAP | -,608** | ,457** | 1 | -,260* | -,153 | -,498** | ,282** | -,113 | ,588** | ,373** |
| IFRS | ,195 | ,197 | -,260* | 1 | -,032 | -,069 | ,130 | -,066 | -,205 | ,104 |
| LAW | ,314** | -,269* | -,153 | -,032 | 1 | ,105 | ,195 | -,024 | -,034 | ,126 |
| AID | ,182 | -,211 | -,251* | ,056 | -,072 | 1 | -,459** | ,137 | -,592** | -,569** |
| QUA | -,256* | ,345** | ,272* | ,163 | ,197 | -,223* | 1 | -,146 | ,267* | ,701** |
| TAX | ,096 | -,165 | -,113 | -,066 | -,024 | ,084 | -,150 | 1 | -,141 | -,118 |
| Log GDP | -,398** | ,396** | ,574** | -,265* | -,011 | -,295** | ,258* | -,150 | 1 | ,398** |
| DEV | -,393** | ,517** | ,373** | ,104 | ,126 | -,229* | ,682** | -,118 | ,391** | 1 |

Esta tabela fornece as correlações das variáveis-chave utilizadas no estudo. Os coeficientes de correlação de Pearson são mostrados abaixo da diagonal, enquanto os coeficientes de correlação de Spearman são mostrados acima da diagonal. ** e * indicam um nível de significância estatística de 1% e 5%, respectivamente. As variáveis são definidas na tabela 7.

A tabela 3 reporta as correlações de Pearson na metade inferior e Ró de Spearman na metade superior. Embora muitas dessas correlações sejam estatisticamente significativas, todas as correlações são consideravelmente inferiores a 0,8, o que indica que não há um problema sério de multicolinearidade entre as variáveis (Pestana & Gageiro, 2005). No entanto, as conclusões sobre a presença ou a ausência de multicolinearidade baseadas unicamente numa simples correlação entre as variáveis independentes devem ser feitas com cuidado. Portanto, realizo um diagnóstico de multicolinearidade com base no VIF (*Variance Inflation Factor*), fator de inflação da variância.

Pestana e Gageiro (2005) referem que há um grave problema de multicolinearidade entre as variáveis independentes de um modelo quando os valores do VIF excedem 10. No entanto, todos os VIF das variáveis incluídas na regressão foram inferiores a 3 (ver na tabela 4), indicando que a multicolinearidade entre as variáveis do modelo não envia os resultados da regressão.

A tabela 4 apresenta os resultados da regressão logística, ilustrando várias conclusões que seguidamente serão extraídas.

Tabela 4: Resultados da regressão logística

| Variáveis | Sinal esperado | Coefficiente | Wald | Sig | VIF |
|--------------------------------------|----------------|--------------|-------|------|-------|
| Variáveis independentes | | | | | |
| EDU_T | + | -,030 | 2,473 | ,116 | 2,000 |
| GAAP | - | -2,273*** | 6,829 | ,009 | 1,852 |
| IFRS | + | 2,211* | 3,412 | ,065 | 1,374 |
| LAW | + | 2,758*** | 8,046 | ,005 | 1,273 |
| AID | + | -,008 | ,006 | ,937 | 1,143 |
| QUA | - | -,517 | ,663 | ,415 | 2,000 |
| TAX | - | ,479 | ,258 | ,611 | 1,054 |
| Variáveis de controlo | | | | | |
| Log GDP | - | ,123 | ,057 | ,811 | 1,763 |
| DEV | - | -1,433 | 2,126 | ,145 | 2,404 |
| Constante | | 1,543 | ,061 | ,805 | |
| Qualidade do modelo | | | | | |
| R ² Nagelkerke | | ,633 | | | |
| Modelo Qui-quadrado | | 53,989*** | | | |
| Hosmer e Lemeshow | | 8,764 | | ,363 | |
| Porcentagem de classificação correta | | 83,3 | | | |
| Tamanho da amostra | | 84 | | | |

***, **, e * indicam um nível de significância estatística de 1%, 5% e 10%, respetivamente. As variáveis são definidas na tabela 7.

A tabela 4 mostra que a maior parte dos coeficientes tem o sinal igual ao encontrado através da análise univariada, com exceção de AID e Log GDP. Apesar dos resultados univariados apresentarem uma relação positiva (negativa) entre AID (LogGDP) e a adoção da IFRS para PME, os resultados multivariados apresentam uma relação negativa (positiva) entre AID (LogGDP) e a adoção da norma. No entanto, tanto AID como LogGDP não são estatisticamente significativos, refutando-se H5.

Contrariamente ao previsto, o coeficiente de EDU_T é negativo e não significativo, refutando-se H1. Com efeito, não posso concluir que o nível de educação tenha influência na decisão de adoção da IFRS para PME por parte dos países. O mesmo aconteceu com o coeficiente de TAX e QUA. Neste último, o sinal é igual ao previsto, mas a sua influência na decisão de adoção da IFRS para PME não é estatisticamente significativa, e assim não se confirmam H6 e H7.

O coeficiente de GAAP é negativo e estatisticamente significativo a um nível de 1 por cento, validando H2. Tal resultado, mostra que os países com normas de contabilidade desenvolvidas para as PME são menos propensos à adoção da IFRS para PME, sugerindo que os custos de transição nesses casos são relativamente elevados.

Em linha com H3, o coeficiente de IFRS é positivo e estatisticamente significativo a um nível de 10 por cento, ou seja, a probabilidade de adoção da IFRS para PME aumenta se o país já exigir ou permitir o uso das IFRS no reporte financeiro das empresas cotadas. A familiaridade e experiência com a aplicação de normas emitidas pelo IASB mostra-se assim um fator determinante na decisão nacional de adoção da IFRS para PME, sugerindo que os custos de transição nesses casos são relativamente baixos, uma vez que as normas que serviram de base à formação da IFRS para PME (as IFRS) já são conhecidas e aplicadas no país.

De acordo com Kaya e Koch (2015), o sistema legal (LAW) é positivo e significativamente correlacionado com a decisão de adoção da IFRS para PME por parte dos países a um nível de 1 por cento. Este resultado apoia a previsão (H4) de que os países com um sistema jurídico *common law* são mais propensos a adotar as normas emitidas pelo IASB, isto porque o trabalho do IASB e o seu projeto de harmonização internacional de contabilidade é fortemente dominado por países com um sistema jurídico *common law*.

O coeficiente de DEV é negativo, como previsto, no entanto não é estatisticamente significativo, pelo que nada se pode concluir quanto à influência do

nível de desenvolvimento económico do país na sua decisão de adoção da IFRS para PME

No fim da tabela 4, são apresentadas estatísticas que permitem avaliar a qualidade do modelo que gerou os resultados anteriormente analisados. Através do R^2 Nagelkerke verifico que 63,3 por cento da variação na decisão nacional de adoção da IFRS para PME é explicada pelo modelo, e que este classificou corretamente 83,3 por cento dos países da amostra. A estatística do Qui-Quadrado permite verificar que o modelo é estatisticamente significativo, porque as variáveis incluídas no modelo preveem melhor a decisão de adoção da IFRS para PME do que se estas não fossem incluídas (ou seja, do que o modelo que tinha apenas a constante). O teste de Hosmer-Lemeshow também permite verificar a qualidade do modelo de regressão logística. A hipótese nula do teste de Hosmer-Lemeshow afirma que não existem diferenças entre os valores observados e os previstos (Pestana & Gageiro, 2005). Como $p=0,363$, não se rejeita a hipótese nula, o que indicia que o modelo se ajusta bem aos dados. Todas as estatísticas apresentadas neste parágrafo mostram que o modelo proposto é de qualidade, tem um forte poder preditivo da decisão de adoção da IFRS para PME por parte dos países e ajusta-se bem aos dados. Com efeito, concluo que os países sem um GAAP nacional para as PME, familiarizados com a aplicação das IFRS e com um sistema jurídico *common law* são os mais propensos a adotar a IFRS para PME.

De seguida testo o efeito de explicações alternativas e avalio a robustez dos resultados apresentados.

5.4. Testes de robustez

Nesta seção, os resultados anteriormente apresentados são sujeitos a vários testes de robustez.

No modelo 2, 3, 4 e 5, a variável educação foi mensurada de forma diferente (EDU_F, EDU_S, LIT_WB e LIT_CIA, respetivamente). A proxy EDU_F usada por Felski (2015), mede a percentagem de população com idade para frequentar o ensino primário com matrícula em escolas primárias. A proxy EDU_S usada por Judge *et al.* (2010) e Lasmin (2011), mede a percentagem de população com idade para frequentar o ensino secundário com matrícula em escolas secundárias. Tanto a proxy EDU_F, como a proxy EDU_S são a média do período 2005-2009. A proxy LIT_WB, usada por Shima e Yang (2012), Zeghal e Mhedhbi (2006) e Zehri e Chouaibi (2013), mede a taxa de

alfabetização entre as pessoas com 15 anos ou mais.¹⁵ A informação sobre as proxies EDU_F, EDU_S e LIT_WB foi obtida a partir da base de dados do Banco Mundial (2016). A proxy LIT_CIA, usada por Archambault e Archambault (2009), mede o nível de educação através da estimativa da taxa de alfabetização para 2015 e foi obtida através da CIA World Factbook.¹⁶

Os resultados apresentados na tabela 5 evidenciam que independentemente da forma como o nível de educação é medido, este afeta negativamente a adoção da IFRS para PME por parte dos países. O nível de educação medido pelas proxies EDU_F e EDU_S chega mesmo a ser estatisticamente significativo. Tal pode dever-se ao facto de um país com profissionais de contabilidade com um elevado nível de educação ter a capacidade de desenvolver normas contabilísticas de forma independente (Ding *et al.*, 2007), não adotando, como tal, a IFRS para PME. Clements *et al.* (2010) referem que apesar das normas internacionais de contabilidade poderem ser bem elaboradas, elas não captam os aspetos económicos e financeiros exclusivos de qualquer país. Dado que é provável que países com um elevado nível de educação já tenham um sistema de contabilidade bem desenvolvido em vigor, seria oneroso abandonar o atual sistema de contabilidade e substituí-lo pela IFRS para PME, que pode não satisfazer as necessidades das empresas do país como as normas de contabilidade desenvolvidas internamente. Por outro lado, os países com um menor nível de educação, e com normas de contabilidade presumivelmente pouco desenvolvidas, tendem a considerar rentável adotar um conjunto de normas de contabilidade já desenvolvidas e reconhecidas internacionalmente. Corroborando os resultados obtidos, Kossentini e Othman (2014) referem ainda que a decisão de adoção das IFRS por parte de muitos países emergentes está associada à falta de profissionais de contabilidade qualificados que sejam capazes de desenvolver normas de contabilidade próprias. Esta pode ser a razão pela qual o nível

¹⁵ Para os países com dados para 2009, utilizo a taxa de alfabetização de 2009. Para os países sem dados disponíveis para 2009, utilizo os dados disponíveis mais próximos do ano 2009. Por exemplo, um país com informação sobre a taxa de alfabetização em 2007 e 2010, utilizo os dados de 2010 (caso da República Dominicana, Egito, Honduras, Índia e Uganda), nos casos em que o país tem dados disponíveis para 2008 e 2010, utilizo os dados de 2008 (caso do Sri Lanka e Omã), porque apesar de 2008 e 2010 estarem à mesma distância de 2009, 2008 é preferível porque é um ano precedente à existência da norma em estudo (IFRS para PME). Não foram utilizados dados de anos anteriores a 2005, nem dados de anos posteriores a 2013. Em média, retiro a informação sobre a taxa de alfabetização do ano 2010.

¹⁶ Por não haver estimativas da taxa de alfabetização para o ano de 2009 (ano de referência), uso a proxy LIT_CIA por forma a haver uma variável semelhante a LIT_WB mas que compara dados relativos ao mesmo ano para todos os países da amostra.

de educação é negativamente correlacionado com a decisão nacional de adoção da IFRS para PME.

O resultado das restantes variáveis incluídas no modelo permanece maioritariamente semelhante aos obtidos na regressão principal, apenas a proxy IFRS perde significância quando o nível de educação é medido por EDU_F, LIT_WB e LIT_CIA, e a proxy LAW quando o nível de educação é medido por LIT_WB. A proxy DEV torna-se estatisticamente significativa quando as proxies EDU_S, LIT_WB e LIT_CIA são incluídas no modelo. Groebner e Shannon (1990) referem que uma ligeira alteração no nível de significância dos resultados pode dever-se a pequenos problemas de multicolinearidade entre as variáveis, que Johnson (2011) afirma que apesar de poderem ser mitigados, a sua eliminação é impossível nos estudos *cross-country*, uma vez que as variáveis incluídas no modelo são necessariamente relacionadas umas com as outras, mesmo que de forma reduzida.

Tabela 5: Resultados da regressão logística com proxies alternativas para o nível de educação

| Variáveis | Sinal esperado | Modelo 2 | Modelo 3 | Modelo 4 | Modelo 5 |
|--------------------------------------|----------------|---------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Variáveis independentes | | | | | |
| GAAP | - | -2,251 (4,592)** | -3,054 (7,845)*** | -2,884 (10,686)*** | -2,856 (10,768)*** |
| IFRS | + | 3,470 (2,388) | 3,747 (4,606)** | 1,613 (1,442) | 1,951 (1,793) |
| LAW | + | 2,599 (6,205)** | 3,043 (7,729)*** | 1,858 (2,386) | 2,380 (4,227)** |
| AID | + | ,710 (,739) | ,571 (,562) | ,006 (,002) | ,005 (,002) |
| QUA | - | ,184 (,052) | ,614 (,632) | -,024 (,001) | -,202 (,095) |
| TAX | - | ,667 (,446) | 1,418 (2,040) | -,267 (,065) | -,114 (,012) |
| EDU_F | + | -,071 (3,566)* | | | |
| EDU_S | + | | -,293 (6,112)** | | |
| LIT_WB | + | | | -,053 (1,045) | |
| LIT_CIA | + | | | | -,063 (1,096) |
| Variáveis de controlo | | | | | |
| Log GDP | - | ,616 (,775) | ,682 (,738) | ,040 (,005) | ,118 (,045) |
| DEV | - | -1,979 (2,369) | -2,106 (3,828)** | -1,951 (3,543)* | -1,741 (3,092)* |
| Constante | | -4,189 (,194) | 14,388 (1,439) | 5,770 (,533) | 6,229 (,584) |
| Qualidade do modelo | | | | | |
| R ² Nagelkerke | | ,691 | ,725 | ,621 | ,621 |
| Modelo Qui-quadrado | | 53,256*** | 65,890*** | 45,351*** | 46,647*** |
| Hosmer e Lemeshow | | 7,376 (p=0,497) | 6,521 (p=0,589) | 3,959 (p=0,861) | 2,935 (p=0,938) |
| Porcentagem de classificação correta | | 82,2 | 88,1 | 82,4 | 81,6 |
| Tamanho da amostra | | 73 | 84 | 74 | 76 |

***, **, e * indicam um nível de significância estatística de 1%, 5% e 10%, respetivamente. As variáveis são definidas na tabela 7.

No modelo 6 a proxy TAX foi substituída pela proxy TR que mede o peso da receita fiscal no PIB (média do período 2005 a 2009). Esta informação foi obtida através da base de dados do Banco Mundial (2016). Tal como com TAX, espero que nos países onde o peso da receita fiscal no PIB seja elevado (sinal de dependência) a adoção da IFRS para PME seja menor.

Os resultados do modelo 6 apresentados na tabela 6 mostram que apesar do coeficiente de TR ser negativo, como previsto, este não é estatisticamente significativo, nada se podendo concluir quanto à sua influência na decisão de adoção da IFRS para PME, como com TAX. Os restantes resultados permanecem praticamente inalterados, apenas DEV torna-se estatisticamente significativo.

Depois de consultar os estados-membros relativamente à possibilidade de adoção da IFRS para PME (CE, 2011), a Comissão Europeia (CE) decidiu não adotar a norma a nível supranacional, deixando essa decisão aos estados-membros. Devido a incompatibilidades entre a diretiva de contabilidade da UE e a IFRS para PME, a CE sublinha que os estados-membros devem considerar as exigências da diretiva de contabilidade da UE na decisão de adotar a IFRS para PME, referindo ainda que a IFRS para PME deve estar disponível para as pequenas empresas apenas de forma voluntária nos países onde a norma é adotada (CE, 2013). Com efeito, enquanto a maioria dos países não pertencentes à UE adotaram a IFRS para PME sem quaisquer modificações, Kaya e Koch (2015) mostram que as forças supranacionais da UE limitam a capacidade de adoção da IFRS para PME, como emitidas pelo IASB, por parte dos seus estados-membros.

Através da análise dos perfis de adoção da IFRS para PME emitidos pelo IASB (2016) verifico que vários países pertencentes à UE decidiram não adotar a IFRS para PME, uma vez que a norma não foi adotada formalmente pela UE. A Comissão de Normas de Contabilidade do Luxemburgo refere que a adoção da IFRS para PME como emitida pelo IASB requer primeiro uma decisão a nível da UE de forma a solucionar as incompatibilidades entre as diretivas contabilísticas da UE e a IFRS para PME. O Instituto de Contabilistas Certificados da Bulgária, partilha a mesma opinião, afirmando que apesar dos profissionais de contabilidade no país serem a favor da adoção da IFRS para PME, em geral a posição dos legisladores é seguir as regras da UE, concluindo que, como tal, a adoção da IFRS para PME na Bulgária ao abrigo de uma decisão local é improvável. Consequentemente, espero que os países da UE não adotem a IFRS para

PME ou implementem-na com grandes modificações para cumprir integralmente as exigências das diretivas de contabilidade da UE (caso do RU e Irlanda).

Nesse sentido, com o objetivo de verificar se os resultados da regressão principal alteram, inclui num teste de sensibilidade uma variável dicotómica (EU) como variável de controlo, que assume o valor 1 se o país é membro da UE e 0 caso contrário.¹⁷ Espero que o coeficiente de EU seja negativamente correlacionado com SME.

Os resultados da inclusão da variável EU são apresentados na tabela 6 (modelo 7). O coeficiente EU é negativo e estatisticamente significativo, evidenciando que os países pertencentes à UE são menos propensos à adoção da IFRS para PME, como expectável. Os restantes resultados do modelo 7 permanecem praticamente inalterados face ao modelo 1, evidenciando a robustez dos resultados apresentados.

No modelo 8 classifiquei os países que estão a considerar a adoção da IFRS para PME como adotantes, com o objetivo de verificar se os resultados alteram substancialmente caso estes países adotem a norma em breve.¹⁸ Os resultados apresentados na tabela 6 mostram que o facto do país ter um GAAP nacional e um sistema jurídico *common law* continua a influenciar a decisão de adoção da IFRS para PME, no entanto a familiaridade com as normas emitidas pelo IASB deixa de ser um fator preditivo da decisão de adoção da norma. Os sinais do coeficiente AID e TAX tornam-se positivo e negativo, respetivamente, no modelo 8, evidenciando que os países que estão a considerar adotar a IFRS para PME recebem mais ajuda externa em percentagem do PIB e têm um regime fiscal pouco ou nada dependente do sistema de contabilidade.

No modelo 9 elimino os *outliers* através dos resíduos estandardizados que em termos absolutos são superiores a 2. Como observável na tabela 6, os resultados da regressão principal mantêm-se, mas o coeficiente de QUA torna-se estatisticamente significativo a um nível de 5 por cento. Este resultado mostra que, retirando os *outliers* (Suíça, Mongólia e Omã), quando a qualidade das normas de contabilidade existentes no país é baixa, os países são mais propensos a adotar a IFRS para PME.

¹⁷ Fonte: http://europa.eu/about-eu/countries/index_pt.htm

¹⁸ De acordo com os perfis de adoção da IFRS para PME por país emitidos pelo IASB (2016), os países incluídos na amostra que estão a considerar a adoção da IFRS para PME são a Albânia, Dinamarca, Egípto, Hungria, Islândia, Mongólia, Holanda, Noruega, Omã e Tailândia.

Tabela 6: Resultados da regressão nos testes de robustez

| Variáveis | Sinal esperado | Modelo 6 | Modelo 7 | Modelo 8 | Modelo 9 |
|--------------------------------------|----------------|----------------------|---------------------|---------------------|----------------------|
| Variáveis independentes | | | | | |
| EDU_T | + | -,025 (1,701) | -,030 (2,065) | -,016 (,875) | -,038 (2,043) |
| GAAP | - | -2,632 (6,869)*** | -1,645 (2,999)* | -2,570 (4,873)** | -4,657 (7,593)*** |
| IFRS | + | 3,450 (4,873)** | 2,882 (5,118)** | 1,343 (1,804) | 3,524 (4,877)** |
| LAW | + | 1,841 (4,444)** | 2,281 (4,876)** | 1,528 (3,536)** | 5,917 (9,322)*** |
| AID | + | 1,140 (2,648) | -,035 (,140) | ,265 (,414) | -,117 (1,079) |
| QUA | - | ,375 (,300) | -,532 (,643) | ,226 (,166) | -2,083 (4,222)** |
| TAX | - | | 1,029 (1,108) | -1,038 (1,585) | ,840 (,403) |
| TR | - | -,037 (,558) | | | |
| Variáveis de controlo | | | | | |
| Log GDP | - | ,889 (1,504) | -,025 (,002) | -,342 (,422) | -,334 (,257) |
| DEV | - | -1,880 (2,844)* | -,462 (,159) | -1,261 (2,058) | -1,809 (1,647) |
| EU | | | -2,378 (5,336)** | | |
| Constante | | -11,380 (1,563) | 2,125 (,111) | 5,697 (,729) | 14,578 (2,826) |
| Qualidade do modelo | | | | | |
| R ² Nagelkerke | | ,683 | ,684 | ,560 | ,798 |
| Modelo Qui-quadrado | | 58,699*** | 60,285*** | 45,190*** | 73,711*** |
| Hosmer e Lemeshow | | 5,651 (p=,686) | 9,786 (p=0,280) | 10,426 (p=0,236) | ,653 (p=1,000) |
| Percentagem de classificação correta | | 86,6 | 83,3 | 78,6 | 88,9 |
| Tamanho da amostra | | 84 | 84 | 74 | 81 |

***, **, e * indicam um nível de significância estatística de 1%, 5% e 10%, respetivamente. As variáveis são definidas na tabela 7.

6. Conclusão

Com base numa amostra de 84 países e numa regressão logística, investigo quais são os fatores macroeconómicos que influenciam a decisão de adoção da IFRS para PME a nível nacional.

Os resultados obtidos fornecem evidência de que os países sem GAAP nacional para as PME, que permitem ou requerem a utilização das IFRS para empresas cotadas e com um sistema jurídico *common law* são mais propensos a adotar a IFRS para PME. Quanto ao nível de educação, à ajuda externa recebida pelo país, à qualidade das normas de contabilidade existentes e à relação entre a contabilidade e a fiscalidade não encontro evidência de que afetem a decisão nacional de adoção da IFRS para PME. No entanto, medindo o nível de educação de forma diferente, concluo contrariamente ao previsto que os países com um nível de educação mais baixo são mais propensos à adoção da norma, o que pode ser explicado pela falta de profissionais de contabilidade qualificados, capazes de desenvolver normas de contabilidade de forma independente no país. Numa análise adicional, verifico ainda que os países membros da UE são menos propensos à adoção da IFRS para PME, sugerindo que a decisão de não adoção da norma a nível supranacional pela UE e a existência de incompatibilidades entre as diretivas de contabilidade da UE e a IFRS para PME está a afetar a decisão dos estados membros face à adoção da norma.

Os resultados mostram ainda que a IFRS para PME é aplicada principalmente nos países em desenvolvimento e que a proporção de países que permite a adoção da IFRS para PME é muito maior do que a proporção de países que exige o uso da norma a todas as PME. Os países que adotam a IFRS para PME de forma voluntária deixam a decisão de adoção da norma às empresas, cabendo às mesmas avaliar se a IFRS para PME é a norma de contabilidade que melhor se adapta às suas necessidades específicas. A adoção da IFRS para PME de forma voluntária parece ser importante dentro dum grupo heterogéneo como as PME, onde o custo-benefício da aplicação de normas internacionais de contabilidade é suscetível de variar entre as empresas (Albu, 2013; Eierle & Helduser, 2013).

Considerando coletivamente, estes resultados levam-me a concluir que a decisão nacional de adoção da IFRS para PME está intimamente ligada ao ambiente institucional e regulatório no país.

Apesar de usar variáveis de controlo e de submeter os resultados a testes de robustez adicionais, reconheço que as variáveis macroeconómicas são o resultado complexo de diferentes fatores correlacionados entre si, portanto tem de se ter em consideração a possibilidade de distorção dos resultados devido à multicolinearidade.

As limitações do estudo são em primeiro lugar a seleção da amostra que é limitada pela disponibilidade de dados sobre as variáveis em estudo, uma vez que apenas os países com informação disponível para todas as variáveis são incluídos na amostra, podendo por isso ser uma amostra tendenciosa.¹⁹ Com efeito, os resultados do estudo poderiam ser diferentes se não houvessem dados em falta. Em segundo lugar, a informação sobre a forma como o IASB recolhe os dados colocados nos perfis nacionais (IASB, 2016), utilizados como fonte de dados no estudo, não é detalhada. Embora os resultados obtidos sejam robustos, estudos futuros podem considerar fontes de dados alternativas para validar as conclusões deste estudo. Por último, há a possibilidade dos resultados obtidos serem devido a hipóteses alternativas não reconhecidas e/ou haver características nacionais importantes omissas no modelo formulado. Como tal, considerando todas estas limitações, os resultados devem ser interpretados com cautela, no contexto de qualquer debate político em curso.

Por fim, acredito que a área de pesquisa dos antecedentes da decisão de adoção da IFRS para PME tanto por parte das empresas como por parte dos países permanece rica e requer uma investigação contínua, podendo com efeito ser motivo de investigações futuras na área. Para trabalhos futuros sugiro a análise da influência de outras variáveis na decisão de adoção da IFRS para PME, usar anos diferentes, ou analisar a situação particular dos países desenvolvidos ou dos países em desenvolvimento, uma vez que os fatores macroeconómicos que influenciam a decisão de adoção da IFRS para PME podem ser consideravelmente diferentes nos dois grupos de países. Além disso, dado que é provável que o grupo de países adotantes da norma aumente nos próximos anos, futuramente poder-se-á investigar se os determinantes da adoção da IFRS para PME alteram ao longo do tempo ou se se mantêm os mesmos.

¹⁹ Para verificar esta possibilidade, comparo o PIB dos países incluídos na amostra com o PIB dos países excluídos, tal como Hope *et al.* (2006) fez no seu estudo. Como expectável, o PIB é significativamente maior nos países incluídos na amostra do que nos países não incluídos (resultados não tabulados).

Bibliografia

- Affes, H., & Callimaci, A. 2007. Les déterminants de l'adoption anticipée des normes comptables internationales: Choix financier ou opportunisme? *Comptabilité Contrôle Audit*, 13(2): 149–166.
- Al-Akra, M., Ali, M., & Marashdeh, O. 2009. Development of accounting regulation in Jordan. *The International Journal of Accounting*, 44(2): 163–186.
- Albu, C. 2013. How relevant is size for setting the scope of the IFRS for SMEs? *Accounting and Management Information Systems*, 12(3): 424–439.
- Albu, C., Albu, N., & Alexander, D. 2014. When global accounting standards meet the local context - Insights from an emerging economy. *Critical Perspectives on Accounting*, 25(6): 489–510.
- Albu, N., Albu, N., Bunea, S., Calu, D., & Girbina, M. 2011. A story about IAS / IFRS implementation in Romania: An institutional and structuration theory perspective. *Journal of Accounting in Emerging Economies*, 1(1): 76–100.
- Albu, C., Albu, N., Pali-Pista, S., Gîrbină, M., Selimoglu, S., Kovács, D., Lukács, J., Mohl, G., Mullerová, L., Pasoková, M., Arsoy, A., Sipahi, B., & Strouhal, J. 2013. Implementation of IFRS for SMEs in emerging economies: Stakeholder perceptions in the Czech Republic, Hungary, Romania and Turkey. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 24(2): 141–175.
- Anghel, I. 2013. *Current debates regarding international accounting harmonization, standardization and compliance*. Working paper, Valahia University of Târgoviște, Târgoviște.
- Archambault, J., & Archambault, M. 2009. An analysis of social factors influencing the adoption of international financial reporting standards. *Journal for Global Business Advancement*, 2(1-2): 38–53.
- Armstrong, C., Barth, M., Jagolinzer, A., & Riedl, E. 2008. *Market reaction to the adoption of IFRS in europe*. Working paper no. 09-032, Harvard Business School, Boston, MA.
- Ashraf, J., & Ghani, W. 2005. Accounting development in Pakistan. *The International Journal of Accounting*, 40(2): 175–201.
- Ball, R., Kothari, S., & Robin, A. 2000. The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. *Journal of Accounting and Economics*, 29(1): 1–51.
- Banco Mundial. 2011. Country Classification. econ.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/DATASTATISTICS/0,,print:Y~isCURL:Y~contentMDK:20420458~pagePK:64133150~piPK:64133175~theSitePK:23

[9419~isCURL:Y,00.html](#), acessido a 25 de março de 2016.

Banco Mundial. 2013. Reports on the observance of standards and codes (ROSC). [worldbank.org/ifa/rosc_aa.html](#), acessido a 29 de março de 2016.

Banco Mundial. 2015. Country analytical history. [siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/OGHIST.xls](#), acessido a 18 de abril de 2016.

Banco Mundial. 2016. World development indicators. [data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators](#), acessido a 18 de abril de 2016.

Barth, M. 2008. Global financial reporting: Implications for U.S. academics. *The Accounting Review*, 83(5): 1159–1179.

Beck, T., Demirgüç-Kunt, A., & Levine, R. 2003. Law and finance: Why does legal origin matter? *Journal of Comparative Economics*, 31(4): 653–675.

Bohušová, H., & Blašková, V. 2012. In what ways are countries which have already adopted IFRS for SMEs different. *Acta Universitatis Agriculturae et Silviculturae Mendelianae Brunensis*, 60(2): 37–44.

Botzem, S., & Quack, S. 2009. (No) Limits to anglo-american accounting? Reconstructing the history of the International Accounting Standards Committee: A review article. *Accounting, Organizations and Society*, 34(8): 988–998.

Bushman, R., & Piotroski, J. 2006. Financial reporting incentives for conservative accounting: The influence of legal and political institutions. *Journal of Accounting and Economics*, 42(1): 107–148.

Carus, B. 2002. Developing a world class education system: For the sake of maintaining leaders we must reconstruct education. *Vital Speeches of the Day*, 68(21): 690–693.

CE. 2010. Summary report of the responses received to the Commission's consultation on the international financial reporting standard for small and medium-sized entities. [ec.europa.eu/internal_market/accounting/docs/ifrs/2010-05-31_ifrs_sme_consultation_summary_en.pdf](#), acessido a 10 de Dezembro de 2015.

CE. 2011. Proposal for a directive of the european parliament and of the council: On the annual financial statements, consolidated financial statements and related reports of certain types of undertakings. [eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2011:0684:FIN:EN:PDF](#), acessido a 10 de Dezembro de 2015.

CE. 2013. Financial reporting obligations for limited liability companies (accounting directive). [europa.eu/rapid/press-release_MEMO-13-540_de.htm](#), acessido a 2 de maio de 2016.

- Chamisa, E. 2000. The relevance and observance of the IASC standards in developing countries and the particular case of Zimbabwe. *The International Journal of Accounting*, 35(2): 267–286.
- Choi, F., & Meek, G. 2008. *International accounting* (6.^aed.). Upper Saddle River: Pearson Education Inc.
- Chua, W., & Taylor, S. 2008. The rise and rise of IFRS: An examination of IFRS diffusion. *Journal of Accounting and Public Policy*, 27(6): 462–473.
- Cieslewicz, J. 2014. Relationships between national economic culture, institutions, and accounting: Implications for IFRS. *Critical Perspectives on Accounting*, 25(6): 511–528.
- Clements, C., Neill, J., & Stovall, O. 2010. Cultural diversity, country size, and the IFRS adoption decision. *Journal of Applied Business Research*, 26(2): 115–126.
- Coffee, J. 2002. *Racing towards the top?: The impact of cross-listings and stock market competition on international corporate governance*. Working paper no. 205, Columbia Law School, New York, NY.
- Conselho de normas de contabilidade de Singapura. 2011. Response to draft Q&A on IFRS for SMEs: Comment letter to international accounting standards board. asc.gov.sg/attachments/2011/Final_ASC_comment_letter.pdf, acessado a 6 de Dezembro de 2015.
- Dang-Duc, S. 2011. Compliance with accounting standards by SMEs in transitional economies: Evidence from Vietnam. *Journal of Applied Business Research*, 12(2): 96–107.
- Daske, H., & Gebhardt, G. 2006. International financial reporting standards and experts' perceptions of disclosure quality. *Abacus*, 42(4): 461 – 498.
- Delcours, N., & Huff, K. 2015. Determinants of IFRS voluntary adoption in emerging and frontier markets. *Review of Business*, 36(1): 43–54.
- DiMaggio, P., & Powell, W. 1983. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, 48(2): 147–160.
- Ding, Y., Hope, O., Jeanjean, T., & Stolowy, H. 2007. Differences between domestic accounting standards and IAS: Measurement, determinants and implications. *Journal of Accounting and Public Policy*, 26(1): 1–38.
- Eierle, B., & Helduser, C. 2013. *What drives SMEs need to provide internationally comparable accounting information? – Empirical evidence from Germany*. Working paper, University of Bamberg, Germany.
- Elliot, B., & Elliot, J. 2013. *Financial accounting and reporting* (16^a ed.). Harlow:

Pearson Education Limited.

- Felski, E. 2015. Do common features exist among countries that locally adopt IFRS? *International Journal of Accounting and Financial Reporting*, 5(2): 144–177.
- Fórum Económico Mundial. 2010. Global competitiveness report 2009–2010. www3.weforum.org/docs/WEF_GlobalCompetitivenessReport_2009-10.pdf,
acedido a 18 de abril de 2016.
- Francis, J., Khurana, I., Martin, X., & Pereira, R. 2008. The role of firm-specific incentives and country factors in explaining voluntary IAS adoptions: Evidence from private firms. *European Accounting Review*, 17(2): 331–360.
- Glaeser, E., & Shleifer, A. 2002. Legal origins. *The Quarterly Journal of Economics*, 117(4): 1193–1229.
- Gordon, L., Loeb, M., & Zhu, W. 2012. The impact of IFRS adoption on foreign direct investment. *Journal of Accounting and Public Policy*, 31(4): 374–398.
- Gray, S., & Radebaugh, L. 2002. *International accounting and multinational enterprises* (5.^a Ed). New York: John Wiley & Sons, Inc.
- Groebner, D., & Shannon, P. 1990. *Business statistics: A decision-making approach* (3^a ed.). New York: Merrill Publishing.
- Hassan, M. 2008. The development of accounting regulations in Egypt: Legitimizing the international accounting standards. *Managerial Auditing Journal*, 23(5): 467–484.
- Hope, O., Jin, J., & Kang, T. 2006. Empirical evidence on jurisdictions that adopt IFRS. *Journal of International Accounting Research*, 5(2): 1–20.
- IASB. 2005. Staff questionnaire on possible recognition and measurement modifications for small and medium-sized entities (SMEs). ifrs.org/Current-Projects/IASB-Projects/Small-and-Medium-sized-Entities/Pages/SME-Questionnaire.aspx,
acedido a 6 de Dezembro de 2015.
- IASB. 2009a. IFRS for SMEs – Project history. ifrs.org/IFRS-for-SMEs/history/Pages/History.aspx,
acedido a 14 de Dezembro de 2015.
- IASB. 2009b. International financial reporting standards (IFRS) for small and medium-sized entities (SME). icagh.com/file/IFRSforSMEs2009%5B1%5D.pdf,
acedido a 14 de Dezembro de 2015.
- IASB. 2016. Jurisdiction profiles. ifrs.org/Use-around-the-world/Pages/Jurisdiction-profiles.aspx,
acedido a 16 de Abril de 2016.
- IFAC. 2010. The role of small and medium practices in providing business support to small and medium-sized enterprises. ifac.org/system/files/publications/files/the-role-of-small-and-medium.pdf,
acedido a 6 de Janeiro de 2016.

- Irvine, H. 2008. The global institutionalization of financial reporting: The case of the United Arab Emirates. *Accounting Forum*, 32(2): 125–142.
- Jaggi, B., & Low, P. 2000. Impact of culture, market forces, and legal system on financial disclosures. *The International Journal of Accounting*, 35(4): 495–519.
- Jermakowicz, E., & Epstein, B. 2010. IFRS for SMEs - An option for U.S. private entities? *Review of Business*, 30(2): 72–79.
- Jermakowicz, E., & Gornik-Tomaszewski, S. 2006. Implementing IFRS from the perspective of EU publicly traded companies. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 15(2): 170–196.
- Johnson, D. 2011. *Political systems, lobbying, and the adoption of International Financial Reporting Standards*. Working paper, Sloan School of Management Massachusetts, Cambridge, MA.
- Jorissen, A., Lybaert, N., & Van de Poel, K. 2006. Lobbying towards a global standard setter – Do national characteristics matter? An analysis of the comment letters written to the IASB. in Gregoriou, G., & Gaber, M. (Eds.), *International Accounting: Standards, Regulations, and Financial Reporting*: 1 – 40. Burlington: Elsevier.
- Joshi, P., & Ramadhan, S. 2002. The adoption of international accounting standards by small and closely held companies: Evidence from Bahrain. *The International Journal of Accounting*, 37(4): 429–440.
- Judge, W., Li, S., & Pinsker, R. 2010. National adoption of international accounting standards: An institutional perspective. *Corporate Governance: An International Review*, 18(3): 161–174.
- Kaya, D., & Koch, M. 2015. Countries adoption of the international financial reporting standard for small and medium-sized entities (IFRS for SMEs) - Early empirical evidence. *Accounting and Business Research*, 45(1): 93–120.
- Kılıç, M., Uyar, A., & Ataman, B. 2014. Preparedness for and perception of IFRS for SMEs: Evidence from Turkey. *Accounting and Management Information Systems*, 13(3): 492–519.
- Kolsi, M., & Zehri, F. 2013. *The determinants of IAS / IFRS adoption by emergent countries*. Working paper, Emirates College of Technology, Abu Dhabi.
- Kossentini, A., & Othman, H. 2014. *A study of the institutional and economic determinants of IFRS adoption in emerging economies*. Working paper, University of Tunis, Tunis.
- La Porta, R., Lopez-de-Silanes, F., & Shleifer, A. 2008. The economic consequences of legal origins. *Journal of Economic Literature*, 46(2): 285–332.

- La Porta, R., Lopez-de-Silanes, F., Shleifer, A., & Vishny, R. 1998. Law and finance. *Journal of Political Economy*, 106(6): 1113–1155.
- Larson, R., & Street, D. 2004. Convergence with IFRS in an expanding Europe: progress and obstacles identified by large accounting firms' survey. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 13(2): 89–119.
- Lasmin, R. 2011. An institutional perspective on international financial reporting standards adoption in developing countries. *Academy of Accounting and Financial Studies Journal*, 15(2): 61–71.
- Laureano, R. 2013. *Testes de hipóteses com o SPSS: O meu manual de consulta rápida* (2ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Leuz, C., & Verrecchia, R. 2000. The economic consequences of increased disclosure. *Journal of Accounting Research*, 38(3): 91–124.
- Litjens, R., & Bissessur, S. 2012. How do preparers perceive costs and benefits of IFRS for SMEs? Empirical evidence from the Netherlands. *Accounting in Europe*, 9(2): 227 – 250.
- Merryman, J. 2007. *The civil law tradition: An introduction to the legal systems of western europe and latin america* (3ª ed.). Stanford: Stanford University Press.
- Mir, M., & Rahaman, A. 2005. The adoption of international accounting standards in Bangladesh: An exploration of rationale and process. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 18(6): 816–841.
- Murphy, A. 1999. Firm characteristics of swiss companies that utilize international accounting standards. *The International Journal of Accounting*, 34(1): 121–131.
- Neu, D., & Gomez, E. 2006. The ethics of World Bank lending. *Accounting Forum*, 30(1): 1–19.
- Neu, D., & Ocampo, E. 2007. Doing missionary work: The World Bank and the diffusion of financial practices. *Critical Perspectives on Accounting*, 18(3): 363–389.
- Nobes, C. 1998. Towards a general model of the reasons for international differences in financial reporting. *Abacus*, 34(2): 162–187.
- Nobes, C. 2010. On researching into the use of IFRS by private entities in Europe. *Accounting in Europe*, 7(2): 213–226.
- Nobes, C., & Parker, R. 2000. *Comparative international accounting* (6ª ed.). Harlow: Pearson Education Limited.
- Pacter, P. 2004. Will the GAAP widen for SMEs? *Accountancy*, 113(1325): 118–122.
- Pacter, P. 2009. An IFRS for private entities. *International Journal of Disclosure and Governance*, 6(1): 4–20.

- Perera, D., & Chand, P. 2015. Issues in the adoption of international financial reporting standards (IFRS) for small and medium-sized enterprises (SMEs). *Advances in Accounting*, 31(1): 165–178.
- Pestana, M., & Gageiro, J. 2005. *Descobrimo a regressão com a complementaridade do SPSS* (1ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- PwC. 2011. IFRS adoption by country. pwc.com/us/en/issues/ifrs-reporting/assets/ifrs_country_adoption.pdf, acessido a 19 de fevereiro de 2016.
- PwC. 2015. IFRS adoption by country. pwc.com/us/en/cfodirect/assets/pdf/pwc-ifrs-by-country-2015.pdf, acessido a 19 de fevereiro de 2016.
- Quagli, A., & Paoloni, P. 2012. How is the IFRS for SME accepted in the european context? An analysis of the homogeneity among european countries, users and preparers in the european commission questionnaire. *Advances in Accounting*, 28(1): 147–156.
- Ramanna, K., & Sletten, E. 2009. *Why do countries adopt international financial reporting standards?* Working paper no. 09-102, Harvard Business School, Boston, MA.
- Ramanna, K., & Sletten, E. 2014. Network effects in countries' adoption of IFRS. *The Accounting Review*, 89(4): 1517–1543.
- Roberts, C., & Sian, S. 2006. *Micro-entity financial reporting: Perspectives of preparers and users*. New York: IFAC.
- Rodrigues, L., Schmidt, P., & Dos Santos, J. 2012. The origins of modern accounting in Brazil: Influences leading to the adoption of IFRS. *Research in Accounting Regulation*, 24(1): 15–24.
- Sacho, Z., & Oberholster, J. 2008. Factors impacting on the future of the IASB. *Meditari Accountancy Research*, 16(1): 117–137.
- SAICA (South African Institute of Chartered Accountants). 2010. Relief for small and medium enterprises – IFRS for SMEs. saica.co.za/TechnicalInformation/FinancialReporting/IFRSforSMEs/BackgroundIntroduction/tabid/1645/language/en-ZA/Default.aspx, acessido a 28 de março de 2016.
- Shima, K., & Yang, D. 2012. Factors affecting the adoption of IFRS. *International Journal of Business*, 17(3): 276–298.
- Tyrrall, D., Woodward, D., & Rakhimbekova, A. 2007. The relevance of international financial reporting standards to a developing country: Evidence from Kazakhstan. *The International Journal of Accounting*, 42(1): 82–110.
- Uyar, A., & Güngörmüş, A. 2013. Perceptions and knowledge of accounting

professionals on IFRS for SMEs: Evidence from Turkey. *Research in Accounting Regulation*, 25(1): 77–87.

Watts, R., & Zimmerman, J. 1986. *Positive accounting theory*. Upper Saddle River: Prentice-Hall.

Zeghal, D., & Mhedhbi, K. 2006. An analysis of the factors affecting the adoption of international accounting standards by developing countries. *The International Journal of Accounting*, 41(4): 373–386.

Zehri, F., & Chouaibi, J. 2013. Adoption determinants of the international accounting standards IAS / IFRS by the developing countries. *Journal of Economics, Finance and Administrative Science*, 18(35): 56–62.

Anexo

Tabela 7: Descrição das variáveis

Painel A: Variável dependente

| Variável | Definição | Fonte e ano |
|----------|---|-------------|
| SME_i | Variável binária que assume o valor 1 se o país exige ou permite a adoção da IFRS para PME e 0 caso contrário | IASB, 2016 |

Painel B: Variáveis independentes

| Variáveis | Definição | Fonte e ano |
|-------------|--|---|
| EDU_{T_i} | Total de matrículas no ensino superior, independentemente da idade, expresso em percentagem da população na faixa etária dos 5 anos subsequentes à idade normal de término do ensino secundário | Banco Mundial, média 2005-2009 |
| $GAAP_i$ | Variável binária que assume o valor 1 se o país tem o seu próprio GAAP, e 0 caso o país não tenha desenvolvido um GAAP nacional para as PME | IASB, 2016 |
| $IFRS_i$ | Variável binária que assume o valor 1 se o país requer ou permite o uso das IFRS no reporte financeiro das empresas cotadas, e 0 caso contrário | IASB, 2016 |
| LAW_i | Variável binária que assume o valor 1 se o país tem um sistema jurídico <i>common law</i> e 0 caso o país tenha um sistema jurídico <i>code law</i> | CIA World Fact Book, 2016 |
| AID_i | Volume de ajuda externa recebida pelo país em percentagem do PIB | Banco Mundial, média 2005-2009 |
| QUA_i | Índice da ‘força de auditoria e das normas de reporte financeiro’ reflete a perceção da qualidade das normas de auditoria e reporte financeiro no país. O índice varia de 1 (muito fraco) a 7 (muito forte). | Relatório de Competitividade Global 2009-2010 |
| TAX_i | Variável binária que assume o valor 1 se o lucro tributável é baseado no lucro contabilístico e 0 se essa relação for fraca ou inexistente | PwC, 2011 |

Determinantes macroeconómicos da adoção da IFRS para PME

Painel C: Variáveis das análises adicionais

| Variáveis | Definição | Fonte e ano |
|------------------|---|--------------------------------|
| EDU_F_i | Percentagem de população com idade para frequentar o ensino primário com matrícula em escolas primárias | Banco Mundial, média 2005-2009 |
| EDU_S_i | Percentagem de população com idade para frequentar o ensino secundário com matrícula em escolas secundárias | Banco Mundial, média 2005-2009 |
| LIT_WB_i | Taxa de alfabetização entre a população com 15 anos ou mais | Banco Mundial ¹⁵ |
| LIT_CIA_i | Taxa de alfabetização entre a população com 15 anos ou mais | CIA World Fact Book, 2015 |
| TR_i | Receita fiscal (em percentagem do PIB) | Banco Mundial, média 2005-2009 |
| EU_i | Variável binária que assume o valor 1 se o país é membro da União Europeia, e 0 caso contrário. | União Europeia, 2016 |

Painel D: Variáveis de controlo

| Variáveis | Definição | Fonte e ano |
|------------------|---|---|
| $LogGDP_i$ | logaritmo natural do PIB corrente a preços de mercado (em USD) | Banco Mundial, média 2005-2009 |
| DEV_i | Variável binária que assume o valor 1 se o país é desenvolvido e 0 caso contrário. Se o país tiver o RNB <i>per capita</i> durante 3 anos consecutivos, 2007, 2008 e 2009, acima de USD 11.455, USD 11.905 e USD 12.195, respetivamente, é classificado como país desenvolvido. | Banco Mundial (método Atlas), 2007-2009 |